

REVISTA DE ESTUDOS FILOSÓFICOS E HISTÓRICOS DA ANTIGUIDADE

BOLETIM DO CPA/UNICAMP

Ano XXVI-XXVII nº 37/38

2º semestre - 2021

1º semestre - 2022

ISSN: 2177- 5850

**CPA (CENTRO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO SOBRE O PENSAMENTO ANTIGO
CLÁSSICO, HELENÍSTICO E SUA POSTERIDADE HISTÓRICA) – IFCH – UNICAMP**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP
Bibliotecário: Paulo Roberto de Oliveira - CRB 8/6272

Revista de estudos filosóficos e históricos da antiguidade /
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. vol. 1, n.1. (1996)- . Campinas :
UNICAMP/IFCH, 1996-

2021/22 26/27(37/38)

Anteriormente publicado como Boletim do CPA
ISSN - 2177-5850 (versão on-line)

1. Moreno, Arley Ramos, 1943-2018. 2. Rodrigues, Cassiano Terra, 1974-. 3. Wittgenstein, Ludwig, 1889-1951. 4. Peirce, Charles Sanders, 1839-1914. 5. Platão. Mito de Atlântida. 6. Mulheres - História. I. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. II. Título.

CDD – 184

Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade
Boletim do Centro de Pensamento Antigo (UNICAMP)

Publicação do *Centro de Estudos e Documentação sobre o Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e sua Posteridade Histórica* do IFCH–UNICAMP

ISSN: 2177-5850

Diretor do IFCH: Profa. Dra. Andréia Galvão

Diretor associado do IFCH: Prof. Dr. Michel Nicolau Netto

Diretor do CPA: Hector Benoit, Unicamp, Brasil

Diretor - Adjunto: Glaydson José da Silva, UNIFESP, Brasil

Editor - Chefe: Hector Benoit, Unicamp, Brasil

Editor - Associado: Glaydson José da Silva, UNIFESP, Brasil

Comissão Editorial

Renato Pinto, Unicamp, Brasil

José Lourenço Pereira da Silva, Brasil

Gérson Pereira Filho, PUC, Brasil

Dennys Xavier, UFG - MG, Brasil

Flávio Ribeiro Oliveira, Unicamp, Brasil

Patricia Prata, Unicamp, Brasil

Pedro Paulo Funari, Unicamp, Brasil

Conselho Editorial

Cláudio Umpierre Carlan, Unifal, MG, Brasil

Fábio Mattos Amorim, UFG

Fabiola Menezes de Araújo, ECO-UFRJ

Fernando Dillenburg, UFRGS, Brasil

Franco Trabattoni, Università degli Studi di Milano, Itália

Gabriele Cornelli, UnB, Brasil

Isabella Tardin Cardoso, Unicamp, Brasil

Maria Carolina Alves Santos, Faculdade de Filosofia Mosteiro de São Bento / Unesp - Campus Marília, Brasil

Maura Iglesias, PUC- RJ, Brasil

Reinaldo Sampaio Pereira (Unesp-Marília)

Ricardo Pereira de Melo, UFMS, Brasil

Richard Hingley, Universidade de Durham, Reino Unido

Roberto Bolzani, USP, Brasil

Editoração Eletrônica

Rafael Padial, Unicamp, Brasil

Filipe Silva, Unicamp, Brasil

Imagens, Finalização de Capa, Miolo e Divulgação:

Setor de Publicações do IFCH

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

Hector Benoît.....07

ARTIGOS

PEIRCE, WITTGENSTEIN, MORENO E A APRENDIZAGEM DAS REMINISCÊNCIAS. UMA LEITURA PEIRCIANA E DA EPISTEMOLOGIA DO USO DE ARLEY MORENO

Cassiano Terra Rodrigues.....15

APRESENTAÇÃO A PLATÃO E AS TEMPORALIDADES: A QUESTÃO METODOLÓGICA, DE HECTOR BENOIT

Arley Moreno.....38

A ANTIGUIDADE ROMANA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS DO ENSINO E DA PESQUISA

Paulo Sérgio de Vasconcellos, Filipe Noé da Silva, Pedro Paulo A. Funari.....49

ALEGORIAS CAPITALISTAS DA ATLÂNTIDA PERDIDA

Pedro Tarozzo Tinoco Cabral Lima.....59

MULHERES ALFORRIADAS E O TRABALHO NO IMPÉRIO ROMANO. UMA LEITURA A PARTIR DA EPIGRAFIA LATINA

Catarina de Faria Rodrigues, Filipe N. Silva.....74

ANTIGUIDADE EM CONTEXTO:

OS USOS DO PASSADO E SUAS INTENCIONALIDADES

Douglas Cerdeira Bonfá, Karolini Batzakas de Souza Matos.....94

RESENHA

JUAN MOROS-DÍAZ, ORGANIZACIÓN PRODUCTIVA DE LAS ÁNFORAS OLEARIAS BÉ- TICAS (DRESSSEL 20, CA. 30-270 D.C.) UN MODELO DE ANÁLISIS E INTERPRETACIÓN DE LOS SELLOS DEL INSTRUMENTUM DOMESTICUM. BARCELONA, UNIVERSITAT DE BARCELONA, COLLECCIÓ INSTRUMENTA 77, 2021, 402 PP., ISBN 9788491687764.

Pedro Paulo A. Funari.....110

CARVALHO, MARGARIDA MARIA; SILVA, GLAYDSON JOSÉ; SILVA, MARIA APARECIDA OLIVEIRA (ORGANIZADORES). A IDEIA DE HISTÓRIA NA ANTIGUIDADE TARDIA. CURITIBA: EDITORA CRV, 2021. ISBN: 978-65-251-2152-9. 458 PÁGINAS.

Giovanna Mauro, Filipe Noé da Silva.....113

APRESENTAÇÃO

Hector Benoit¹

Prezados leitores, este número da revista do CPA será dedicado ao saudoso Arley Ramos Moreno, Professor Titular do Departamento de Filosofia e ex-diretor do IFCH, que se foi em agosto de 2018. Ele faria uma conferência no Colóquio Internacional do CPA realizado em setembro de 2018, e falaria de Platão e Wittgenstein. Infelizmente, não pudemos assistir a tal conferência e jamais tivemos acesso a seu possível texto.

Porém, pessoas raras como ele, deixam marcas e memórias inesquecíveis.

Entre essas memórias, publicamos aqui, abrindo este número da revista, o artigo de Cassiano Terra Rodrigues, Professor de Filosofia no Departamento de Humanidades (IEFH) do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica). Cassiano foi discípulo de Arley e, antes do seu falecimento, já organizava um livro em sua homenagem: *Arley Morenum Liber Amicorum* – Homenagem a Arley Ramos Moreno *in memoriam*, Editora Filoczar, São Paulo, 2021, apoio da Fundação Fausto Castilho. O livro contém 487 páginas, com contribuições de amigos, admiradores e discípulos de Arley, do Brasil e do exterior. Tristemente, Arley não teve o tempo de ver sair à luz tal livro.

Em princípio, eu próprio faria uma resenha desse livro para este *Boletim do CPA*. Depois de ler o longo prefácio do organizador, Cassiano, sugeri a ele que publicássemos o seu próprio prefácio. No entanto, Cassiano, foi

¹ Diretor do Centro de Estudos e Documentação sobre o Pensamento Antigo Clássico, Helenístico e sua Posteridade Histórica do IFCH–UNICAMP.

além! Escreveu, a partir daquele longo prefácio, um artigo de uma profundidade filosófica que somente honra mais ainda a memória de Arley.

Porém, como eu próprio escrevi um trecho nesse livro em homenagem ao Arley, notei que o prefácio do Cassiano, assim como o texto de Antonia Soulez (que também escreveu artigo no livro), não coincidiam com a minha leitura heterodoxa de Platão. Leitura esta que Arley conhecia muito bem, tanto é que escreveu a “Apresentação” do meu livro *Platão e as temporalidades: a questão metodológica* (São Paulo: Annablume, 2015).

Nesse sentido, optei por publicar o próprio texto do Arley, a tal “Apresentação” ao meu livro, que me ensinou muito a respeito dos aspectos simbólicos que antecedem qualquer elaboração conceitual.

Como o Arley está tão presente nesse número da revista do CPA, decidimos publicar algumas fotos do próprio Arley, que são muito caras e agradáveis a todos que o conheceram melhor, como filósofo e como pessoa benevolente (às vezes até em excesso, na minha opinião). Não deixo de lembrar que quando Diretor do IFCH, ao apoiar as “cadeiradas” dos alunos e a greve dos funcionários, Arley recebeu todo tipo de críticas, mesmo dos docentes ditos “progressistas”. E ele, mesmo diante das críticas injustas, se calava – esse era o seu temperamento. Talvez, como especialista em Filosofia da Linguagem, sabia, melhor do que ninguém, que, com alguns, não há diálogo!

Neste número tivemos também grandes contribuições de discípulos de Pedro Paulo Funari, do Departamento de História, grande apoiador e cofundador do CPA em 1995. De lá para cá, nessas décadas, Funari e eu sempre estivemos juntos e consolidamos o CPA, assim como a sua revista, hoje nomeada *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*, atualmente on-line, anteriormente publicada pela gráfica do IFCH como *Boletim do CPA*.

Quanto aos textos enviados pelos discípulos de Funari, observo que contemplam uma das preocupações fundamentais do CPA: a questão da

Antiguidade enquanto *Posteridade*. Há trabalhos de Funari e seus discípulos, como o já consagrado Glaydson José da Silva e a Renata Garrafoli, hoje em universidades federais, e outros promissores acadêmicos. Todos eles procuram mostrar o perigo de utilizar a Antiguidade indevidamente, ou seja, ideologicamente.

Nesse sentido, ressalto que vários dos textos publicados neste número se voltam para a questão do uso ideológico da Antiguidade. Nos artigos deste número, destaco como precisamente, vários deles, mostram que a questão de gênero é fundamental para compreender também a Antiguidade. Vários textos mostram como é complexa a visão que ainda temos sobre as mulheres na Antiguidade. É importante ressaltar nesses artigos a utilização de dados arqueológicos, epigráficos, para nos revelar os diversos aspectos da condição de vida das mulheres no mundo greco-romano.

Finalmente, destaco a preciosa entrevista do professor do IEL, Paulo Sérgio Vasconcellos, sem dúvida o maior especialista na *Eneida* de Virgílio. A sua preciosa entrevista, além de nos iluminar com Virgílio, relata a sua longa experiência de ensino de línguas clássicas. Importa destacar que também ele ressalta o perigo do uso ideológico da Antiguidade, assim como a importância de compreender, à luz dos novos estudos, a questão da condição de vida da mulher na Antiguidade.

Sem mais, agradeço a todos que contribuíram com a realização de mais este número da revista do CPA. Cabe, em especial, o meu agradecimento a Rafael Padiá (hoje doutor), a Filipe Noé (professor colaborador do IFCH) e ao Igor Santiago, coordenador da Comissão de Publicações do IFCH, sempre tão atencioso e rigoroso no seu trabalho.

Hector Benoit
Diretor do CPA

A Arley R. Moreno, *in memoriam*



Arley Moreno com sua companheira Cristiane Maria Cornelia Gottschalk









PEIRCE, WITTGENSTEIN, MORENO E A APRENDIZAGEM DAS REMINISCÊNCIAS

UMA LEITURA PEIRCIANA E DA EPISTEMOLOGIA DO USO DE ARLEY MORENO

Cassiano Terra Rodrigues¹

RESUMO: Este artigo está dividido em duas partes. A primeira, *Aprendizagem*, remonta a fragmentos de memória, a partir dos quais um retrato compósito – como aquelas antigas fotografias – do professor Arley Ramos Moreno (1943-2022) possa ser composto. Esse retrato indica aspectos aparentemente socráticos do professor, mas não platônicos, que refletem aspectos de sua obra filosófica. A segunda parte, *Reminiscências*, tenta estabelecer sugestões para uma comparação entre o Peirce, Wittgenstein e Moreno, quanto a aspectos especificamente não essencializantes em suas filosofias. Ao final, o artigo chega a uma caracterização da epistemologia do uso de Moreno que a aproxima de conclusões de Peirce que poderiam ser tomadas como condições prévias para a possibilidade do projeto de Wittgenstein de uma terapêutica filosófica.

PALAVRAS-CHAVE: Peirce. Wittgenstein. Moreno. Epistemologia. Uso. pragmática.

PEIRCE, WITTGENSTEIN, MORENO AND THE LEARNING OF REMINISCENCES

PEIRCEAN READING AND EPISTEMOLOGY OF THE USE OF ARLEY MORENO

¹ casster@ita.br. Professor de epistemologia e filosofia da ciência e coordenador do Laboratório de Filosofia, Lógica e Epistemologia da Techno-Ciência (LabFILOETEC) no Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). Pesquisador colaborador do Centro de Estudos de Pragmatismo da PUC-SP, do GT Semiótica e Pragmatismo da Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia (ANPOF) e da Rede Brasileira de Pesquisa em Semiótica Peirciana. Membro da Sociedade Brasileira de Lógica, da Associação Filosófica Scientiae Studia e da British Society for the History of Philosophy. Sócio fundador da Sociedade Latino Americana Peirce. Corinthianista pedagógico. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3674-0206>

ABSTRACT: This article is divided into two parts. The first, Learning, remounts to fragments of memory from which a composite portrait – such as those old photographs – of Professor Arley Ramos Moreno (1943-2022) can be figured out. Such portrait indicates aspects of the teacher of an apparent Socratic nature, although not exactly platonic, reflecting aspects of his philosophical work. The second part, Reminiscences, attempts to establish suggestions for a comparison between Peirce, Wittgenstein, and Moreno, regarding specifically non-essentializing respects in their philosophies. At the end, the article comes to a characterization of Moreno's epistemology of use that approximates Peirce's conclusions to what could be taken as preconditions for the possibility of Wittgenstein's project of a philosophical therapy.

KEYWORDS: Peirce. Wittgenstein. Moreno. epistemology. use. pragmatics.

Se escrevo este texto, é por incitação do professor Hector Benoît, cuja amistosa sugestão foi, na verdade, para que eu publicasse novamente o prefácio que escrevi ao *Arley Morenum Liber Amicorum*², como forma de substituir uma resenha que ele mesmo, Hector Benoît, escreveria. Seria uma nova lembrança do homenageado, Arley Ramos Moreno (1943-2018), e uma oportunidade de dar publicidade à produção filosófica nacional.

No entanto, filosofar é aprender a morrer, conforme aprendemos com Sócrates e Platão. Assim, em vez de reviver um texto já publicado, aproveitarei apenas o mote para apresentar algo do que aprendi com Arley Moreno enquanto fui seu estudante. Tentarei mesclar algumas reflexões filosóficas pertinentes à trajetória intelectual do professor que se tornou amigo com alguns episódios marcantes, para mim, nos quais a postura de Arley me parece resguardar algo de socrático e, por conseguinte, inefável.

² Rodrigues 2021. A seção *Aprendizagem*, deste artigo, aufere trechos do prefácio que escrevi para o *Liber Amicorum*, mormente reescritos no novo contexto.

APRENDIZAGEM

Planejado como tributo a Arley, o *Liber Amicorum* em questão tornou-se, infelizmente, uma homenagem póstuma. Arley veio a falecer enquanto o livro ainda estava em produção, em agosto de 2018. Peço permissão para contar brevemente a história da publicação. Durante sete anos, fui orientando do homenageado na UNICAMP, lá pelos idos pós-modernos de 1990 e tantos, da graduação ao mestrado. Terminado meu mestrado, passamos a nos encontrar esporadicamente, até novamente restabelecermos o contato mais próximo, com Arley já aposentado, mas ainda mantendo atividades de pesquisa e orientação. Nesse reencontro, surgiu a ideia de organizar o volume em sua homenagem, pelo seu aniversário de 75 anos. Lembro-me perfeitamente das suas palavras, na mesa de um restaurante em certo domingo à tarde, quando perguntei-lhe se ele gostava da ideia: “Cassiano, a vaidade me insta a aceitar e a agradecê-lo por fazer isso por mim. Mas a experiência e a minha amizade por você me obrigam a aconselhá-lo em sentido contrário: é muito trabalho e talvez não valha a pena.” Arley estava certo, por um lado, e errado, por outro: de fato, o trabalho foi grande e lamento que Arley não tenha conseguido ver a publicação final. Contudo, felizmente, ele não só teve participação ativa no projeto, sugerindo nomes de contribuidores e lendo praticamente todos os textos enviados (com algumas exceções, as quais indicarei em breve), como ainda chegou a escrever um breve artigo especialmente para o volume. Intitulado “Do gesto ao signo”, esse artigo pode ser lido como um seu sucinto testamento intelectual. Em raro texto curto, Arley expõe pontos essenciais de sua epistemologia do uso, sua ideia de pragmática filosófica, retoma alguns argumentos acerca da constituição do simbólico, para, ao final, apontar ainda para uma filosofia do gesto, em claro e previsível, devo acrescentar, giro pragmático. Escrito em peculiar tom bem-humorado, com a costumeira

clareza e uma surpreendente simplicidade que lembra algo de sua oralidade, o artigo propicia a quem o ler ao menos um gostinho do que seus orientandos e estudantes conheceram pela convivência nas aulas e seminários.

Peço, então, mais uma licença aos leitores para registrar um acontecimento que não registrei no prefácio do *Liber Amicorum*. Essas reminiscências acrescentam algo ao retrato de memória que traço de Arley Moreno, ao mesmo tempo que têm que ver com o capítulo que escrevi para o livro em sua homenagem. Em um cada vez mais longínquo 1995, aconteceu o primeiro Encontro de Pesquisa da graduação em filosofia da UNICAMP, organizado de forma totalmente espontânea e saudavelmente amadora pela minha então colega Janaína Damaceno Gomes, atualmente professora na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da UERJ. Se não me falha a memória, esse primeiro encontro amadureceu conversas que tínhamos entre nós, estudantes de graduação, acerca de bolsas e pesquisas, numa época em que ainda nem havia a obrigatoriedade de elaboração do trabalho de conclusão de curso para filosofia (na verdade, eram ainda poucas as graduações no país que exigiam esse trabalho como etapa obrigatória). Lembro-me de Janaína me perguntar: - “Você está fazendo pesquisa, não está? Quem mais na graduação está?” E eu respondi: - “Sim, estou. Acho que o João Geraldo também. Por quê?” - “Vamos juntar vocês dois para duas palestras. A gente divulga como atividade do *Láquesis* e, se colar, temos um encontro de pesquisa.” João Geraldo Martins da Cunha, atualmente professor da UFLA, bem entendido, apresentou o seu trabalho sobre o mal radical em Kant, pois naquela época estudava o assunto sob orientação do professor Oswaldo Giacoia Júnior, com bolsa de iniciação científica da FAPESP, uma raridade ali; *Láquesis* seria o que hoje chamam de *coletivo* e que depois também foi nome de um *zine* de número único do corpo discente de filosofia

(na época, era principalmente coletivo de uma, a Janaína, que fazia por mil). Eu apresentei uma parte da monografia, sobre a faneroscopia e a semiótica de Peirce, algo que ainda hoje talvez pareça coisa alienígena à maioria dos estudantes de filosofia. Se recordo todos esses detalhes e pessoas, é para registrar aqui o aspecto socrático do professor, pois Arley Moreno foi o único professor a comparecer, sentar-se em meio aos poucos estudantes ali presentes e assistir às apresentações e nos fazer perguntas, as quais, se me lembro bem, não foram fáceis de responder, como não poderiam deixar de ser. Anos depois, quando eu já não estava mais na UNICAMP, soube que Arley fora eleito diretor do IFCH (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas) com ampla maioria de votos discentes e de funcionários, e não pude deixar de me alegrar com a notícia.

Foi nesse período que tive a ideia de uma comparação entre Peirce e Wittgenstein. Obviamente, essa ideia não tinha originalidade alguma, pois já era conhecida há décadas, e eu mesmo a lera, com surpresa, no livro de Jacques Bouveresse³. Seja como for, em 1996, eu era representante discente junto ao Departamento de Filosofia e pedi ao Arley um curso de introdução a Wittgenstein. O curso aconteceu, sobre o *Tractatus* – “As Investigações, na graduação, não”, foram as palavras do Arley. Na primeira aula, lembro-me de Arley começar assim: “Eu sempre acreditei, desde quando comecei a estudar filosofia, que é possível falar de filosofia com qualquer pessoa. Não à maneira de Platão. Mas é possível.” Naquele momento, não entendi direito o que essas palavras quereriam dizer, já que as atitudes de Arley Moreno, como comparecer a um evento *menor* de estudantes, me pareciam, naquele tempo, algo socráticas. Não sei se entendo melhor hoje, mas de toda forma proporei uma interpretação aqui. Durante esse mesmo curso, vieram à baila

³ Bouveresse 1976.

outras questões e sugestões bibliográficas⁴, das quais aproveitei o que pude e cheguei à ideia de comparar o conceito de figuração do *Tractatus* com o de ícone da semiótica peirciana, levantando semelhanças e diferenças. Eu imaginava, sem qualquer modéstia ou senso de realidade, partir daí para discutir o conceito de proposição, a noção de reenvio simbólico de G.-G. Granger, a concepção de lógica como semiótica e a lógica no *Tractatus*, a função esclarecedora da filosofia e o que resta para a metafísica, dentre outros temas. Evidentemente, essa absolutamente inexequível proposta de pesquisa não foi muito longe, não mais do que um pequeno projeto, circunscrito à comparação entre o conceito de figuração e o de ícone, corrigido após oito devolutivas por parte do orientador. Para encurtar a história, a pesquisa não aconteceu, por razões diversas, e eu só viria a retomar a ideia da comparação entre os dois filósofos efetivamente no capítulo que escrevi para o *Liber Amicorum*, e ainda assim de outra perspectiva.

Nas poucas conversas com Arley durante e depois do meu doutorado, conversamos acerca da filosofia da matemática, do tema da linguagem privada e das proposições gramaticais, sob as diferentes perspectivas da semiótica de Peirce e da terapêutica de Wittgenstein. Combinamos de eu elaborar um texto para uma possível pesquisa de pós-doutorado. Isso não aconteceu, mas algo do que conversamos ficou registrado no referido capítulo. Algo que não ficou registrado ali, registro agora. Lembro-me particularmente da admiração que Arley demonstrou pela distinção traçada por Peirce entre matemática e lógica, à qual retornarei adiante, mas resumo aqui para explicar a admiração. Para Peirce, a matemática não lida com fatos do mundo real, mas somente com construções imaginárias. Por causa disso, a matemática é uma ciência,

⁴ Especificamente: Black 1964, p. 30, p. 79; Granger 1982 ; Moreno 1995a; Thibaud 1987; Tiercelin 1995.

tendo em vista que um matemático constrói modelos formais, puramente hipotéticos, os quais observa e sobre os quais experimenta, isto é, transforma e remodela segundo certas regras. Até esse ponto, Peirce e Wittgenstein poderiam concordar, em alguma medida. O que Arley admirou foi o seguinte: Peirce sustenta que um matemático *extrai* conclusões necessárias, isto é, faz deduções com base nesse modelo. Ora, isso é muito próximo do que atualmente se chama de lógica. Mas, segundo Peirce, a diferença crucial é que a lógica visa explicitar todos os passos do raciocínio, sendo a ciência *de extrair* conclusões necessárias. Assim, enquanto um matemático se pauta pelo princípio de economia, visando determinar os passos estritamente necessários para se chegar a uma conclusão, um lógico visa analisar um raciocínio em seus últimos elementos constitutivos, deslindando todos os passos inferenciais, necessários ou não, para se chegar à conclusão. Um lógico se interessa, assim, pelo que um matemático em certo sentido despreza.

A quem tenha, como tinha Arley, familiaridade com o logicismo de Frege e Russell, cuja presença é indelével no *Tractatus logico-philosophicus*, de Wittgenstein, é natural o espanto. Pois a diametral oposição de Peirce à tese que subordina a matemática à lógica é ignorada na mesma medida em que o logicismo é conhecido. Pois Peirce sustenta exatamente o oposto: a matemática é que fornece princípios à lógica. Na classificação das ciências de Peirce, aquilo que Frege chamava de lógica seria a *matemática da lógica* ou *lógica exata*, segundo a denominação de Schröder que Peirce adota. Em outros termos, a lógica matemática seria uma *sub-classe* da ciência generalíssima chamada *matemática*, esta sim, uma ciência que se autofundamenta.⁵ Não obstante, como tive a oportunidade

⁵ Acerca da matemática na classificação das ciências de Peirce, ver Rodrigues 2007.

de conversar com Arley em outras ocasiões, dado o altíssimo grau de generalidade da matemática na classificação peirciana, Frege bem poderia concordar em situar a lógica um degrau abaixo, já que, a bem da verdade, é sobretudo a *aritmética* que ele afirma depender de princípios lógicos.

Pois bem. Já deixei o domínio das lembranças pessoais e adentrei o campo da especulação filosófica. Interromperei, aqui, a exposição sobre a filosofia da matemática e da lógica, à qual retornarei após considerar a epistemologia do uso, de Arley Moreno.

REMINISCÊNCIA

No artigo que escreveu para o seu *Liber Amicorum*, Arley Moreno retomou o tema central de sua epistemologia do uso, a saber, a função epistêmica, e não meramente terapêutica (no sentido de Wittgenstein), do processo de constituição da significação. É importante começar por dizer que a epistemologia do uso de Moreno propõe um programa de pesquisa que se inicia do ponto em que Wittgenstein parou. Para compreender, basta lembrar que Wittgenstein fez uma severa autocrítica, pela qual modificou sua maneira de entender o problema da significação. O ponto central dessa autocrítica é uma recusa de qualquer essência da linguagem como fundamento definitivo da significação, um fundamento que seria puro ou primordial ou indubitável ou o que o valha. Ao abandonar a ideia de que há uma forma estrutural comum entre linguagem e mundo, Wittgenstein abandona igualmente uma tese que remonta pelo menos ao *Crátilo*, de Platão: a correção do sentido depende de uma essência ontológica fixa do mundo, como se as coisas tivessem uma essência própria e única (*Crátilo* 386e), o que garantiria a aplicabilidade, a elas, de nomes definidos. Em vez disso, Wittgenstein passou a sustentar, considerando razões de ordem pragmática, que não há

fundamento fixo e único da linguagem, não há essência imutável do mundo a garantir a determinação do sentido. Ao contrário, se há algum fundamento, esse fundamento é eminentemente linguístico e não encontra firmeza a não ser em instituições de natureza igualmente linguística pelo uso que fazemos da linguagem em diferentes situações práticas, diferentes *formas de vida* (*Investigações Filosóficas*, §19). Com isso, Wittgenstein dá uma guinada pragmática, em direção a uma filosofia que invalida os procedimentos ontológicos tradicionais de garantia extralinguística da significação. Como bem explicado por Moreno⁶, o que está em jogo é uma redução da ontologia à descrição das variadas maneiras como a linguagem opera na circunscrição de domínios de objetividade com fronteiras imprecisas, mas suficientemente delineadas para que a linguagem funcione. É o conjunto de normas do uso das palavras – o que Wittgenstein chama de *gramática* (*IF* §50-51) – que define a objetividade, e não vice-versa.

Assim, em vez de descrever formas lógicas essenciais, Wittgenstein passou a descrever como a constituição do simbólico se dá em situações pragmáticas em que diferentes interlocutores interagem, não com o intuito de, à maneira sociológica ou antropológica, explicar o fundamento sócio-cultural da significação, mas com o objetivo de variar exemplos para mostrar os limites da objetividade. Pois o sentido se constitui primordialmente pela interação para então se tornar plenamente linguístico, num processo de uso pragmático de todos os recursos de que dispomos, inclusive linguísticos – pois é possível interagir significativamente sem saber exprimir linguisticamente como se dá essa interação. Assim, quaisquer critérios de objetividade que usemos não podem ser rigidamente separados das suas próprias condições de possibilidade, tendo em vista que entre o transcendental e o empírico a

⁶ Moreno 2012, p. 75.

distinção é apenas de grau, ou de uso, e não de natureza: o sentido se forma conforme interagimos na prática, usando a linguagem (qualquer linguagem) e variando as suas aplicações em diversos contextos, de modo que mesmo as regras de aplicação da linguagem passem a se modificar gradualmente, obliterando a distinção entre o caso e a regra, conforme a linguagem consiga dar conta dos elementos extralinguísticos que venham surgindo. Por conseguinte, não há significados essenciais, há linguagens em usos, o que leva a deixar de lado a questão transcendental nos termos em que a pusera Kant, em nome de uma consideração sobre as condições suficientes de legitimidade. O simbólico é um processo eminentemente inacabado e em permanente construção que nenhuma remissão a formas ideais pode redimir. Mas frequentemente isso nos basta, de forma que tentar eliminar absolutamente a vagueza e a indeterminação da nossa situação, além de impossível, parece pouco recomendável.

É nesse ponto que Moreno se distanciava de Wittgenstein, ao tempo em que não deixava de aproveitar as sugestões deste último. Pois se Wittgenstein recusa as tentativas de estabelecimento de teses filosóficas, sustentando a necessidade de submeter nossos esforços metafísicos à terapia dos usos da linguagem, Arley Moreno postulava ao menos uma tese filosófica, ainda que, segundo ele, não de maneira dogmática, porquanto trata-se de uma tese baseada na descrição terapêutica dos usos da linguagem. E a tese é a seguinte: o conhecimento não brota pronto da mente humana, mas se constrói por meio de uma organização semiótica da experiência. Onde digo semiótica, Arley Moreno dizia linguística, pois, para ele, o próprio signo é o resultado de um processo de construir regras de sentido e operar com elas, aplicando-as a objetos de pensamento que podem ser, inclusive, outros signos. Para Arley, essa construção depende de três *funções* distintas, a

saber, *discriminar, informar e representar*⁷. Não é possível deixar de notar que essas funções parecem *generalizações*, ou *abstrações formais*, das funções sígnicas já definidas por Peirce. Pois um signo é ele mesmo uma estrutura triádica que pode funcionar ora como objeto, ora como representamen, ora como interpretante de outro(s) signo(s), conforme o próprio Arley Moreno reconhece.⁸

Aqui, vale dizer, se Arley Moreno, em outros textos, esforçou-se por distinguir claramente a sua proposta de pragmática inspirada em Wittgenstein do pragmatismo de James e Dewey, bem como das propostas mais recentes da pragmática universal de Apel e Habermas e pragmática das implicaturas conversacionais de Grice, é realmente notável que as suas menções a Peirce sejam escassas e esporádicas, ainda que importantes.⁹ Pois talvez o próprio Arley não tivesse consciência de todas as suas semelhanças de família com os argumentos de Peirce, ou talvez, mesmo que tivesse, pouco ou nada se preocupasse em explicitá-las, uma vez que, como bom wittgensteiniano, conferia mais importância às diferenças. Dessa perspectiva, meu próprio trabalho de comparação entre Peirce e Wittgenstein é evidentemente fruto dos anos de orientação que tive com Arley Moreno.¹⁰ O que tento aqui, agora, é relacionar sugestões do próprio Arley com alguns temas de Peirce e Wittgenstein, que levantei em pesquisa recente¹¹.

Penso que um desvio pela filosofia da matemática que permite estabelecer uma via de diálogo com a epistemologia do uso de Arley Moreno. Com efeito, um dos aspectos mais enfáticos dessa epistemologia é a

⁷ Moreno 2012, p. 28.

⁸ Moreno 1996.

⁹ Para a diferença marcada com os pragmatistas e neo-pragmatistas citados, ver Moreno 2012; para a apropriação de Peirce por Moreno, ver Moreno 1995c.

¹⁰ Rodrigues 2021.

¹¹ Projeto FAPESP 18/05697-3.

importância de considerar a vontade como determinante do entendimento: para aprender, é necessário dispor-se a aprender. Nesse sentido, Arley Moreno enfatiza que os procedimentos lógico-argumentativos de convencimento não podem ser tomados como modos absolutos de conhecimento, uma vez que a persuasão da vontade é anterior ao convencimento racional. Esse ponto está presente nas filosofias de Peirce e de Wittgenstein, para quem a crença forma o contexto da dúvida, e não o contrário, como no cartesianismo. A originalidade da epistemologia do uso de Arley Moreno está em afirmar, relativamente a Wittgenstein, a preeminência do processo de construção do signo ao que este último chama de terapia, pois sem a especificação desse processo, a própria afirmação da preeminência da vontade sobre o intelecto arrisca tornar-se uma tese metafísica. Ora, a organização simbólica da experiência vivida não pode ser separada das situações pragmáticas em que essa mesma experiência é... vivida!¹²

Nesse ponto, os pensamentos de Peirce e Wittgenstein não apenas confluem, como confluem com os de Arley Moreno. Pois se Wittgenstein preconiza que para entender é necessário antes aprender a *ver como*, Peirce e Moreno afirmam que para aprender a *ver como* é preciso querer aprender. Segundo Wittgenstein, conforme enfatizado inúmeras vezes pelo próprio Moreno¹³, certeza e dúvida são mais de uma natureza dispositiva do que epistêmica, mais atitude do que conhecimento. A terapia filosófica consistiria, portanto, em diversificar os exemplos de uso da linguagem para mostrar que não há essência significativa a dar sentido aos nossos pensamentos, mas, antes, apenas situações de uso da linguagem, com semelhanças e diferenças. São hábitos consolidados de pensamento e ação que impedem

¹² Moreno 2021, p. 23.

¹³ Por exemplo, Moreno 1995b e 2004.

ver ou admitir novos aspectos.¹⁴ Nesse ponto, Wittgenstein para e afirma a necessidade de continuar a terapia e não enunciar teses; daí em diante, Arley Moreno continua e afirma a tese de que o conhecimento é uma atividade epistêmica de construção do sentido, cujas funções constitutivas já foram mencionadas. Nesse ponto, é possível apontar algumas semelhanças de família entre Moreno e Peirce, que levarão necessariamente a considerar aspectos de suas diferenças.

Peirce afirma várias vezes que a ciência é uma atividade de um grupo social. Isso não significa, todavia, que o grupo tenha de ser fechado em si mesmo. Ao enfatizar mais de uma vez que “os de fora” não podem entender o que se passa entre os cientistas, Peirce se refere a uma peculiaridade da ciência que garante sua autonomia, relativa a outras esferas da vida social: por exemplo, para se refutar uma teoria matemática, é preciso fazê-lo matematicamente¹⁵. No entanto, para que a matemática tenha algum valor cognitivo, é preciso que seja pública, no sentido de ser comunicável – e efetivamente comunicada, é claro – para fora dos limites de um campo restrito. Sem isso, a incorporação de novos membros ao grupo social dos matemáticos seria impossível, pois se a matemática fosse compreensível somente para os matemáticos, aprender matemática seria impossível. Mas é justamente o contrário o que ocorre, tendo em vista ainda que a interpretação do conhecimento existe além dos limites da prática científica reconhecida (sinal disso é a presença de raciocínios de natureza alegadamente matemática em quase todas as atividades humanas, científicas ou não). Nesse ponto preciso, inserem-se as considerações peircianas sobre a necessidade de treinamento e familiaridade com os métodos uns dos outros, por parte dos

¹⁴ Moreno 2012.

¹⁵ Conforme se exprime, por exemplo, Bourdieu 2004, p. 32.

cientistas. A possibilidade de aprendizagem dos métodos é dada pelo espírito científico: a qualquer pessoa, desde que tenha vontade de aprender e receba o treinamento de acordo, é possível fazer ciência. Essa ideia encontra expressão formular no que Peirce chama de *Primeira Regra da Lógica e da Razão*: “para aprender você deve desejar aprender”, cujo corolário é: *não bloqueie o caminho da investigação* (EP 2: 48, 1898).

Tomemos o exemplo da matemática. A definição da matemática como ciência generalíssima, dada por Peirce, tem basicamente dois aspectos. Primeiro, a matemática é a ciência da construção de hipóteses e abstrações a partir de sugestões da experiência. Sem lidar com situações de fatos, mas tentando imaginá-las em seus aspectos mais genéricos, o matemático, nesse sentido, realizaria algo como uma lógica das relações; ou, em linguagem mais tradicional, a matemática é uma ciência cujos objetos são *entia rationis* (EP 2: 352, 1906). Segundo, a matemática é a ciência que extrai conclusões necessárias. Com efeito, Peirce sustenta que todo raciocínio necessário é matemático (NEM 4.47, 1902) e que a matemática é, em primeiro lugar, uma ciência de imaginação criativa. Por exemplo, na seguinte passagem:

A primeira [ciência] é a matemática, que não se incumbe de averiguar nenhuma razão de fato, mas, sim, meramente de por hipóteses e de investigar as suas consequências. Ela é baseada na observação, na medida em que faz construções na imaginação de acordo com preceitos imaginários, para, a seguir, observar esses objetos imaginários, encontrando neles relações de partes não especificadas no preceito da construção. [CP 1.240, 1902].

A citação permite vislumbrar alguma arbitrariedade no procedimento matemático: trata-se de *por* hipóteses, para somente em seguida desenvolvê-las logicamente, segundo preceitos *imaginários*. Além disso, aparece

o problema da definição de uma ontologia matemática.¹⁶ Qual seria a natureza desses *entia rationis*? Seriam entidades platônicas ideais ou puras convenções arbitrárias, já que não se referem à realidade de fato? Ou seriam sistemas proposicionais puramente analíticos, ou tautológicos? Como ficaria, então, o lado prático da matemática, isto é, a sua aplicação a problemas de ciências “positivas”, a sua validade objetiva, em suma?

Nesse ponto, a fim de evitar a concessão àquilo que a tradição chama de platonismo, penso ser possível aproximar o aspecto hipotético e imaginário da matemática ressaltado por Peirce com a filosofia do *ver como* de Wittgenstein.¹⁷ Na verdade, talvez seja melhor reformular o vocabulário e dizer que se trata de uma recusa contra essencialismos metafísicos, um aspecto bem mais nítido em filosofias mentalistas, por exemplo, do que na de Platão. Esses essencialismos caracterizam as tentativas de situar a determinação do sentido fora da linguagem, como a filosofia cartesiana da linguagem, ou mesmo Frege com seu “*drittes Reich*”, embora Frege realmente não se alie a um mentalismo tal qual o cartesiano. E se também é verdade que Platão nada tem de mentalista nesse sentido, não obstante, é possível afirmar que a busca por fundamentos extralinguísticos não está ausente das interpretações tradicionais da filosofia platônica. Nesse sentido, o termo “platonismo”, para prejuízo de Platão, é ligado à tentativa de encontrar um fundamento primordial, uma essência ideal das coisas que seria capaz de basear um discurso unívoco e legitimar a verdadeira representação do mundo em que vivemos.¹⁸ Na argumentação que aqui exponho, Peirce, Wittgenstein e Moreno argumentavam justamente contra ideias que tais –

¹⁶ Ver Tiercelin 1993; Kerr-Lawson 1997.

¹⁷ Valho-me, aqui, da leitura de Gottschalk 2010.

¹⁸ Para prejuízo de Platão, segundo a leitura de Benoît 2017, pois é absolutamente contestável que Platão fosse defensor de essencialismos dessa natureza.

“fundamento”, “discurso unívoco”, “legitimidade definitiva” etc. A busca por primeiros princípios fundamentais e últimos veste a máscara daquilo que a tradição denominou platonismo.

Pois o que está na base do procedimento de *prova* matemática é um exercício *imaginário* de *ver como*: não há uma essência última das formas matemáticas, elas são o que são porque aprendemos a lidar com elas de uma maneira, e não de outra, ao *aceitarmos* certas regras, procedimentos, proposições etc. Ainda, para conseguir abstrair, é fundamental *dispor-se a ver* a experiência *como* um matemático. Ressalte-se, por fim, a natureza *normativa* latente na passagem, uma vez que se trata de experimentar imaginariamente para ver relações de outra forma não evidentes. Assim, é possível sustentar que não há evidência *externa* à matemática, apenas *interna*, isto é, seguindo uma interpretação wittgensteiniana, não se trata exatamente de demonstrar por experimentação, mas mais de aceitar como evidente certo uso dos signos. A prova em matemática, assim, teria mais que ver com a nossa capacidade ou disposição para operar signos segundo certas regras e convenções que nos levam a ver aspectos que de outra forma não veríamos.

Aqui, para justificar essa leitura wittgensteiniana, invoco as ideias do próprio Peirce, para quem o genuíno desejo de aprender, característica maior da atitude científica, tem uma natureza socrática inequívoca: quem deseja realmente aprender não encontra acomodação naquilo que já se inclina a pensar.¹⁹ Com efeito, a teoria crítica do senso comum de Peirce visa justamente submeter à crítica os hábitos consolidados de pensamento que obstam a vontade de aprender e, assim, bloqueiam o caminho da investigação. Não é possível deixar de atestar a ressonância dessas ideias nas palavras de Moreno:

¹⁹ *Id.*

Compartilho com essa longa tradição da filosofia em ver o aprimoramento do entendimento como devendo ser balizada pelo exercício crítico da vontade, de tal maneira que conceitos devem poder participar da persuasão – e não apenas do convencimento. O que pode criar mal-entendidos seculares é, justamente, pensar que se trata de instilar desejos, interesses, gostos pessoais, enfim, o tudo o que podemos resumir com a palavra ‘vontade’, instilar esses elementos no conceito. Mas, trata-se, pelo contrário, de realizar o procedimento inverso, i.e., de instilar conceitos nos elementos da vontade, para torná-la crítica. O querer cego é naturalmente psicológico, e não é deste querer que se trata; ou melhor, não se trata de agir instintivamente, ou segundo interesses e gostos pessoais marcados ideologicamente, mas, sim, de querer, ou de agir, tendo como referencial a crítica e, mesmo, no caso da filosofia, a autocrítica conceitual do querer e do agir cegos. Neste sentido, eu considero muito mais íntegra e interessante intelectualmente, uma filosofia que exerça essa atividade reflexiva de persuasão sobre a vontade através de conceitos para, então, procurar convencer o intelecto – e não dirigir-se apenas ao intelecto para convencê-lo através de conceitos, o que depende apenas de uma técnica argumentativa eficaz. É como procedem hoje, alguns filósofos, segundo a forma da demonstração matemática e lógica adaptada ao discurso filosófico – assim como faziam alguns filósofos no passado, com relação à demonstração geométrica.²⁰

É preciso observar que uma epistemologia do uso tal como a que propõe Moreno, de inspiração wittgensteiniana, é *a parte post*, ao passo que o próprio Peirce afirmou, já em seus escritos anteriores a 1870, que a continuidade infinita do processo de pensamento é, a bem dizer, uma continuidade *a parte ante logice* (W 2: 239, p. ???), isto é, algo como “desde a

²⁰ Moreno 2013.

parte anterior à lógica”. A meu entender, isso não implicaria uma divergência irreconciliável entre os pensadores ora invocados. Explico.

“A parte ante” e “a parte post” são expressões comumente encontradas na literatura escolástica, especialmente para falar da eternidade da alma ou de Deus, que sempre existiram e sempre existirão. Ao afirmar que a epistemologia do uso de extração wittgensteiniana revela que as condições chamadas *transcendentais* de constituição do sentido são a *parte post*, Moreno tem em mira a recusa de formas de essencialismo comuns em filosofia, como a remissão do significado a conteúdos mentais ou a postulação de ideias platônicas como garantia da pureza ou perfeição conceitual. Isso implica, como já é possível perceber, que a epistemologia do uso não supõe um processo de descoberta dialógico, sequer à maneira socrática, uma vez que não se trata de desvelar essências ou a falta delas por meio de um procedimento de perguntas e respostas.²¹ O que se revela por meio da linguagem é em primeiro e primordial lugar a própria linguagem, sem que isso signifique nem a definição de uma finalidade prévia a ser alcançada nem tampouco a falta de acesso ao mundo. Ao contrário, o contato com o mundo se converte em elaborações cognitivas em processo concomitante ao de constituição do sentido, de forma que, se é possível identificar um momento especificamente linguístico nesse processo, não é possível, todavia, identificar o momento especificamente não semiótico. É esse o movimento que vai da *discriminação* à *representação*, passando pela *informação*, segundo a minha leitura, de forma que esses momentos epistêmicos não identificam pontos discretos no tempo, mas um processo de conhecer.

De certa maneira, a mesma recusa é verificável em Peirce. Pois se este último entende o fluxo semiótico do pensamento *a parte ante logice*, isso

²¹ Essa distinção entre a maiêutica e a terapêutica é assinalada por Gottschalk 2010.

significa apenas que a semiose é irreduzível a estados mentais psicológicos específicos. Na verdade, o pensamento é um fluxo semiótico no qual cada um de nós inevitavelmente adentramos, de modo que os nossos estados mentais subjetivos estão imersos no fluxo da semiose. Todo conhecimento e toda aprendizagem se dão nesse fluxo e com os signos dele, o que possivelmente ocorre muito antes de cada self se desenvolver e continuará a ocorrer depois que cada self deixar de existir, uma vez que tal processo, evidentemente, não é exclusivamente humano (CP 7.364, 1902). Daí que Peirce afirme: nós estamos em pensamento, em não “o pensamento está em nós” (W 2: 228, 1868). Na própria atividade cognitiva, tudo o que é sentimento converte-se em *sentimento de qualidade*, isto é, certa espécie de *predicado* da qualidade de sentimento, um *quase-signo* das qualidades perceptíveis do mundo externo que não se identifica com elas, mas *funciona* como tal para nós. Essa operação, como se sabe, foi descrita exaustivamente por Peirce, desde os seus primeiros escritos, com base na estrutura da predicação cujo funcionamento é atestável em diferentes formas linguísticas (W 2: 49-59).²²

É claro, Peirce desconfiaria do estilo de filosofar de uma epistemologia do uso, tal como proposta por Moreno. Pois Peirce não poderia aceitar que a linguagem ordinária conseguiria responder às exigências de universalidade com que as suas categorias da primeiridade, segundidade e terceiridade cumpririam. Ao mesmo tempo, é possível retorquir e indagar a Peirce, da perspectiva de Arley Moreno, se essa universalidade categorial não é um resultado de uma operação linguística que transforma critérios epistêmicos em normas de racionalidade. Se faço essa ressalva, é para observar que não é possível apenas falar de semelhanças sem considerar as diferenças entre as propostas filosóficas, pois só assim ressaltam os problemas em

²² A respeito, ver Santaella 1996, p. 159; 2004, p. 50 seq.

foco. É certo, contudo, que esse processo semiótico predicativo, tal como descrito por Peirce, também pode ser caracterizado como *a parte post*, nos termos da epistemologia do uso de Moreno, cujo interesse no “modelo do signo” de Peirce dirige-se primordialmente ao caráter funcional do signo: “um mesmo fragmento da experiência pode ser qualificado de signo ao exercer uma das três funções [representamen, objeto, interpretante], ou cada uma delas sucessivamente”, de sorte que “o modelo do signo dinamiza-se sem que seja necessário introduzir elementos extra-simbólicos – uma vez que o Interpretante também é signo – e nem, conseqüentemente, qualquer oposição radical no seu interior.”²³

Para que não pareça exageradamente arbitrária a minha leitura, tomemos, por exemplo, uma famosa passagem de “Algumas conseqüências de quatro incapacidades”, texto fundamental de 1868, na qual se vislumbra a ideia de um círculo hermenêutico-semiótico:

O homem faz a palavra e a palavra não significa nada que o homem não tenha feito ela significar, e isso apenas para algum homem. Uma vez, porém, que o homem só consegue pensar por meio de palavras ou outros símbolos externos, esses podem se voltar a ele e dizer: “Você não significa nada que nós não tenhamos ensinado a você, e, então, só à medida que você se dirige a alguma palavra como o interpretante de seu pensamento.” De fato, portanto, os homens e as palavras educam-se uns aos outros reciprocamente. (W 2: 241, 1868)

Lembro-me bem da surpresa satisfeita do Arley, em 1990 e quando? Quando mostrei a ele essa mesma passagem acima, ao fim de uma aula. Posso imaginar seu sorriso irônico, se ele pudesse ler esse texto e me fazer algumas perguntas.

²³ Moreno 1995c, p. 39.

REFERÊNCIAS

- Benoît, Hector. *A odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética*. São Paulo: Annablume, 2017.
- Bourdieu, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. Texto revisado pelo autor com a colaboração de Patrik Champagne e Etienne Landais. Trad.: Denice Bárbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- Bouveresse, Jacques. *Le mythe de l'interiorité: expérience, signification et langage privé chez Wittgenstein*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1976.
- Black, Max. *A companion to Wittgenstein's Tractatus*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1964.
- Granger, Gilles-Gaston. A quoi servent les noms propres? *In: Langages*, 16^e année, n°66, 1982. Número temático *Le Nom Propre*, sous la direction de Jean Molino, pp. 21-36. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/lge_0458-726x_1982_num_16_66_1124. Acesso em: 20 out. 2018.
- Gottschalk, Cristiane M. C. O papel do método no ensino: da maiêutica socrática à terapia wittgensteiniana. *ETD - Educação Temática Digital*, 12(1), 64–81, 2010. <https://doi.org/10.20396/etd.v12i1.842>. Acesso em: 02 abr. 2022.
- Kerr-Lawson, Angus. Peirce's pre-logistic account of mathematics. *In: Houser; Roberts; Van Evra (ed(s).). Studies in the Logic of Charles Sanders Peirce*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1997, p. 77-84.
- Moreno, Arley R. 1995a. La philosophie et les universaux du langage. *In: Joëlle Proust et Elisabeth Schwartz (ed.). La connaissance philosophique: essais sur l'oeuvre de Gilles-Gaston Granger*. Paris: PUF, 1995a, pp. 251-269.
- Moreno, Arley R. 1995b. *Wittgenstein através das imagens*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995b.
- Moreno, Arley R. 1995c. Estilo, pragmática, filosofia. *In: Cadernos de história e filosofia da ciência*, Campinas-SP, série 3, v. 5, n° especial *Estilo*, p. 35-57, jan.-dez. 1995.

- Moreno, Arley R. 1996. Por uma pragmática filosófica. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas-SP (UNICAMP-IEL), n. 30, jan-jun. 1996, p. 9-20.
- Moreno, Arley R. 2004. Erro, ilusão, loucura. In: Prado Jr. Bento. *Erro, ilusão, loucura – ensaios*. São Paulo: Editora 34, 2004, p. 57-76.
- Moreno, Arley R. 2012. Introdução a uma epistemologia do uso. In: *Caderno CRH*, Salvador, v. 25, nº. especial 02, p. 73-95.
- Moreno, Arley R. 2013. Entrevista com Arley Ramos Moreno, *Kínesis*, Marília -SP, v. V, nº 10, dezembro 2013, pp. i-xxxii. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/entrevistaarley.pdf>. Acesso em: 20 out. 2018.
- Peirce, Charles S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Ed. by: C. Hartshorne & P. Weiss (v. 1-6); A. Burks (v. 7-8). Cambridge, MA: Harvard University Press, 1931-58. 8 v. Citado como **CP**, seguido dos números do volume e do parágrafo.
- Peirce, Charles S. *The Essential Peirce: Selected Philosophical Writings*. Volume 1: 1867-1893. Ed. by Nathan Houser and Christian Kloesel; Volume 2: 1893-1913. Ed. by the Peirce Edition Project. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1992-98. 2 v. Citado como **EP**, seguido dos números do volume e da página.
- Peirce, Charles S. *Writings of Charles Sanders Peirce: A Chronological Edition*. Ed. by "The Peirce Edition Project". Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1982-2000. 6 v. Citado como **W**, seguido dos números do volume e da página.
- Peirce, Charles S. *The New Elements of Mathematics by Charles S. Peirce*. Edited by Carolyn Eisele. The Hague; Paris: Mouton Publishers; Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1976. 4 v. Citado como **NEM** seguido dos números do volume e da página.
- Rodrigues, Cassiano Terra (org.). 2012. *Arley Morenum Liber Amicorum* in memoriam. 1ª ed. São Paulo: Editora FiloCzar; Campinas-SP: Fundação Fausto Castilho.

- Rodrigues, Cassiano Terra (org.). 2007. Matemática como ciência mais geral: forma da experiência e categorias. 2007. In: *Cognitio-Estudos: revista eletrônica de filosofia*, v. 4, nº 1, jan.-jun. 2007, p. 37-59. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/5719>. Acesso em: 03 abr. 2022.
- Santaella, Lúcia. 1996. *Produção de linguagem e ideologia*. 2ª ed. rev. e mpl. São Paulo: Cortez.
- Santaella, Lúcia. 2004. *O método anticartesiano de Charles S. Peirce*. São Paulo: UNESP.
- Thibaud, Pierre. 1987. Peirce on proper names and individuation. In: *Transactions of the Charles Sanders Peirce Society*, v. 23, nº 4, 1987, pp. 521-538. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40320201>. Acesso em: 20 out. 2018.
- Tiercelin, Claudine. 1993. Peirce's realistic approach to mathematics: or, can one be a realist without being a Platonist? In: Moore, Edward C. (ed.). *Charles S. Peirce and the Philosophy of Science: Papers from the Harvard Sesquicentennial Congress*. Tuscaloosa, AL; London: The University of Alabama Press, pp. 30-48.
- Tiercelin, Claudine. 1995. Dualité, triadicité et signification en mathématiques: ou pourquoi Granger ne peut finalement pas être peircien. In: Joëlle Proust et Elisabeth Schwartz (ed.). *La connaissance philosophique: essais sur l'oeuvre de Gilles-Gaston Granger*. Paris: Presses Universitaires Françaises, pp. 169-186.

APRESENTAÇÃO A PLATÃO E AS TEMPORALIDADES: A QUESTÃO METODOLÓGICA, DE HECTOR BENOIT

APRESENTAÇÃO DO PROF. ARLEY MORENO AO LIVRO *PLATÃO E AS TEMPORALIDADES: A QUESTÃO METODOLÓGICA* (SÃO PAULO: ANNABLUME, 2015), DE HECTOR BENOIT

Por Arley Moreno

Com seu livro, o prof. Benoit enfrenta, no âmbito específico da história da filosofia, a ampla e secular questão de como compreender e explicar as obras humanas em sua especificidade simbólica. Isto é feito através de severa crítica à atitude cientificista vigente nessa área da filosofia e, também, através do método imanentista que Benoit propõe para a leitura e interpretação de textos – tomando como exemplo de sua aplicação os **Diálogos** de Platão.

Lembremos sumariamente este contexto mais amplo em que se situa o projeto de Benoit. Por um lado, trata-se de evitar a redução da análise e do estudo das obras humanas ao método das ciências da natureza, uma vez que estas obras comportam um aspecto simbólico específico, irreduzível aos métodos destas ciências. Será preciso, então, forjar outro método para compreender e explicar os fatos humanos que permita preservar a objetividade das análises – i.e., evitando que o investigador projete elementos subjetivos e culturais sobre aquilo que investiga. Toda a dificuldade, como sabemos, está em caracterizar, neste caso, a medida da objetividade – objetividade cujo sentido não corresponderá, sem dúvida, àquele vigente nas ciências da natureza. Os fatos naturais interessam ao cientista na medida em que possam ser reduzidos a relações quantificáveis e mecânicas de causalidade, pois isto basta para que sejam completamente explicados, ainda que

provisoriamente, por modelos segundo os critérios das respectivas teorias. Com esta redução metodológica, o cientista esgota a sua tarefa de explicar o mecanismo dos fatos naturais – e, caso tente fazer algo aquém ou, além disto, estará extrapolando o campo da atividade científica.

No caso dos fatos simbólicos, produtos do trabalho humano – como a obra de Platão – a dificuldade torna-se mais desafiadora, na medida em que o pesquisador estará sempre mais ou menos diretamente envolvido com os fatos que pretende explicar, por ser, ele próprio, um agente simbólico. Na verdade, o pesquisador quer explicar algo que ele compreende, i.e., o *sentido* do fato, e sabe que não poderá fazê-lo exclusivamente através de modelos quantitativos e causais – tal como nos mostra a recente história das diversas tentativas de formalização dos fatos humanos. Uma das lições da história das ciências parece ser que a explicação mecânico-causal e formalizada dos aspectos naturais dos fatos leva ao *conhecimento* provisório de *como são* os fatos, de seus processos e mecanismos – enquanto que o reconhecimento da natureza irreduzível do seu aspecto simbólico a esse modo de explicação leva, negativamente, à melhor *compreensão do sentido* que lhes atribuímos, a saber, do fato de *que existam* – o que não é um conhecimento de fatos.

Assim, a recente história das ciências humanas mostra as etapas de elaboração de métodos para garantir sempre mais objetividade para suas análises nos diferentes campos de estudo. As ciências sociais, em suas várias vertentes, elaboram métodos adaptados às respectivas áreas de atuação, como a sociologia, a antropologia, a ciência política, assim como a história e outras ciências ligadas aos fatos humanos na interface com as ciências naturais, tais como, p.ex., a lingüística e a psicologia. O estatuto de rigor e de objetividade alcançado por estas jovens ciências está diretamente relacionado com o maior grau de abstração formal dos métodos e conceitos

elaborados para compreender e preservar a especificidade simbólica de seus objetos de estudo: em todos os casos, trata-se, pelo menos idealmente, não apenas de *explicar o mecanismo* como, também, e, talvez, sobretudo, de *compreender o sentido* dos fatos estudados. Todavia, como sabemos, há frequentes tentativas de reduzir, ainda que inadvertidamente, relações internas de sentido a relações externas causais – o que leva às diversas nuances do positivismo, desde o mais ingênuo empirismo até as mais sofisticadas formas do empirismo lógico – como o atestam as incursões behavioristas extremadas na área da psicologia e inteligência artificial, assim como as incursões positivistas na área da filosofia da linguagem e dos sistemas simbólicos, e na ciência cognitiva. Ora, estas incursões também ocorrem na área da história da filosofia – e para evitá-las Benoit nos propõe um método de leitura e interpretação de textos.

A ideia deste método é, na verdade, muito simples – e, como frequentemente ocorre, a simplicidade nem sempre é o caminho mais fácil de ser trilhado por ser mais difícil de ser percebido. É incômodo notar o aspecto mais simples de uma situação devido, sobretudo, aos hábitos que desenvolvemos para justificar o que vemos. É como se a justificação, por vezes, encobrisse o olhar, desviando-o para outras paragens. A ideia central do método imanentista de Benoit consiste apenas em levar a sério a ordem material de exposição dos textos – a *ordem da lexis* – para nela colher as informações do autor a respeito de seu pensamento e de como situa a sua obra. Assim, o ponto importante para o método é salientar as ligações internas, de *sentido*, entre a *exposição linguística*, ou a ordem da *lexis*, a *construção* dessa ordem pelo autor, ou a ordem da *póiesis*, a organização e evolução de suas próprias *ideias*, ou a ordem da *nóiesis* e, finalmente, quando for o caso, as circunstâncias em que os textos surgiram, ou a ordem

da *gênesis* dos textos. Ao salientar a natureza interna das relações entre as diversas etapas de elaboração de uma obra simbólica, o método imanentista está descartando qualquer elemento externo – empírico e causal – ao objeto simbólico e ao pensamento do autor. Preserva, assim, a relação de *sentido* entre pensamento e obra, na leitura e interpretação dos textos.

Eis uma crítica penetrante e lúcida às diversas tendências em história da filosofia, tais como o historicismo, o sociologismo, o biografismo e, mesmo, o estruturalismo – cada uma, à sua maneira, fazendo intervir elementos exógenos aos textos e aplicando-os como critérios para a leitura e para a interpretação do pensamento do autor. De fato, basta um pequeno exercício de atenção à ordem da *lexis* para constatarmos várias informações importantes que colidem, frontalmente, com as interpretações tradicionais da obra de Platão, como nos mostra Benoit. Primeiro, a *autoria* dos Diálogos, segundo, a *doutrina* defendida pelo suposto autor e, terceiro, a *organização* dos Diálogos.

Em primeiro lugar, a *lexis* do discurso nos diálogos não fornece qualquer referência ao autor – o que era incomum em sua época. O personagem Platão é mencionado muito poucas vezes e em nenhuma que pudesse pretender maior relevo filosófico, quer por alguma fala sua nas discussões, quer por ser autor de alguma tese, e, até, uma menção é feita no **Fédon** a Platão, mas, para indicar apenas sua ausência na reunião, por motivo de doença.

Em segundo lugar, não há nenhuma indicação na *lexis* de que alguma doutrina esteja sendo defendida – p.ex., tal como geralmente é suposto, a teoria das ideias, criticada por Aristóteles na **Metafísica**, nem, tampouco, as diversas teses que lhe são posteriormente atribuídas pela tradição do neoplatonismo, tais como a ideia de Bem, a teoria da oposição entre conhecimento sensível e inteligível, a teoria da reminiscência, a teoria do real e a crítica da *mimesis*, etc.

Mostra-nos Benoit que a tradição chegada até nós de um Platão doutrinário solidificou-se a partir de autores neoplatônicos como Proclus que afirmava, em seus **Comentários**, a necessidade de se reter apenas os elementos mais nobres de um autor e desprezar os mais vis – como, no caso dos **Diálogos**, dever-se-ia desprezar a imitação e reter apenas a teoria filosófica do bem essencial. Ora, para contrastar com esta tradição, Benoit relembra a concepção contrária, vigente na Antiguidade, de um Platão antidogmático, cujo método dialético seria essencialmente negativo, a ponto de ter inspirado, segundo Sextus Empiricus, os discípulos da Nova Academia a desenvolverem uma concepção cética mais radical do que a dos próprios céticos – e, mesmo, segundo relato de Diógenes Laércio a respeito da afirmação de Teodósio, de que Platão teria sido um dos precursores do pirronismo. Com este contraste entre duas tradições de interpretação dos **Diálogos**, Benoit procura sublinhar que a concepção neoplatônica de Platão como um autor dogmático é, além de relativa, pelo menos, bastante problemática por não estar presente na *lexis* do discurso.

Nesta mesma direção, Benoit nos mostra também a ausência nos **Diálogos** de um narrador que estivesse expondo sua doutrina aos ouvintes, ou ao leitor. Mesmo nos diálogos qualificados como estritamente narrativos há sempre um ou vários interlocutores, mais ou menos velados, com quem dialoga o personagem principal. É o caso, p.ex., dos diálogos **Protágoras**, **Cármides** e, mesmo **A República** onde há, na verdade, interlocutores de Sócrates presentes, embora sejam mencionados apenas posteriormente no diálogo **Timeu**. Assim, o personagem principal dos diálogos nunca expõe suas ideias diretamente aos ouvintes, ou ao leitor do texto, mas, sempre dialoga aporeticamente com vários interlocutores, de maneira mais ou menos longa; o leitor é um dentre os vários ouvintes, e, sobretudo, nunca é o primeiro ou

o principal deles, pois a montagem das cenas é essencialmente dramática, i.e, há sempre várias vozes em jogo e em conflito. É isto que podemos ver na *lexis* dos diálogos, ao simplesmente olharmos para os textos.

Se respeitarmos as informações fornecidas na ordem da *lexis*, veremos, em terceiro lugar, uma datação *dramática*, interna aos **Diálogos**, que permite organizá-los sequencialmente com bastante precisão. Esta organização dramática dos diálogos é particularmente interessante para a perspectiva crítica de Benoit às concepções externalistas em história da filosofia. De fato, o diálogo que ocupa o lugar dramático inicial é **Parmênides**, cuja cena se passa em 450 a.C., e, somente cerca de dez anos após, no **Protágoras**, volta Sócrates à cena, entre 434-433, abrindo, então, um segundo momento na temporalidade dramática dos **Diálogos**. Ora, estudos de estilometria, desenvolvidos ao final do sc.XIX, permitem situar a gênese e elaboração do **Parmênides** na fase tardia da vida de Platão, atestando, assim, que não há coincidência entre a cronologia histórica da obra e aquela presente na *lexis*. Esta discrepância entre as diversas temporalidades da obra – sua gênese, seu acabamento, a articulação do pensamento do autor e sua expressão linguística – leva, geralmente, os historiadores da filosofia a dissociar as temporalidades e buscar critérios colhidos em cada uma delas para aplicá-los separadamente, e exclusivamente na interpretação da obra. Este procedimento conduz aos vários tipos de reducionismo externalista, desde as tendências positivistas até aquela que pretende ser uma crítica ao positivismo, mas que não deixa, também, de aplicar critérios externos à obra, para interpretá-la. De fato, ao lado do historicismo/sociologismo e do biografismo temos o estruturalismo, o qual pretende situar-se exclusivamente no interior do universo da obra, sem fazer referência a critérios externos, históricos, sociológicos ou psicológicos. Todavia, mostra Benoit, ao dissociar

explicitamente o “tempo lógico”, ou conceitual, e a temporalidade presente na *lexis*, por considerá-la arbitrária e fonte de informações externas ao universo conceitual da obra, o historiador estruturalista corre o risco de comportar-se como herdeiro do neoplatonismo, criando critérios de interpretação arbitrários e aplicando-os dogmaticamente. Um bom exemplo que nos oferece Benoit é o de V. Goldschmidt, quando este afirma procurar, nos movimentos internos do pensamento do autor, a unidade da doutrina supostamente defendida por Platão, a saber, do Bem-Um (cfr. **Questions Platoniciennes**, pág. 33).

Ora, ao aceitarmos o movimento do olhar a que nos convida Benoit, com o seu método, que consiste em considerar as informações presentes na *lexis* como fazendo parte de uma cronologia *constitutiva do sentido* da obra, e não meramente externas formando uma cronologia, poderemos falar, então, de uma *temporalidade*, i.e, uma sucessão de momentos *internamente* relacionados entre si. P.ex., as informações sobre os períodos históricos em que se passaram os encontros narrados nos diálogos não correspondem às cronologias genética e poiética da obra. Todavia, isto não as torna apenas recursos dramáticos ou literários, mera imitação do tempo físico, informações externas ao pensamento do autor. Pelo contrário, mostram materialmente na *lexis* o pensamento de Platão colocando, p.ex., o jovem Sócrates diante do sábio Parmênides para marcar o início da verdadeira “odisséia” que são os **Diálogos** em seu conjunto: a história filosófica de Sócrates, da juventude até a morte, e as questões com as quais se defrontou durante toda a vida, a saber, aquelas que foi incapaz de responder a Parmênides naquele primeiro encontro dramático. Que o diálogo **Parmênides** tenha sido redigido bem mais tarde na vida de Platão, indica a maneira como ele materializou na *lexis* o sentido dos **Diálogos** no interior de seu pensamento, já no período maduro de sua vida intelectual. A temporalidade da *lexis constitui* o sentido

da obra ao integrar as cronologias genética e poiética efetivas sob a forma de *temporalidades* do conceito.

Pelo contrário, ao separar e isolar as diversas cronologias, estaremos estabelecendo relações mecânicas ou causais entre elas – e, no caso do estruturalismo, segundo Benoit, reiteram-se procedimentos ancilares de homogeneização do aspecto vital da obra, à exemplo do neoplatonismo, ao aplicarem-se dogmaticamente critérios externos a ela, i.e., relativos ao pesquisador. Nestes casos, não teremos jamais temporalidades, mas, somente, cronologias. É contra esta concepção – que poderíamos também denominar de *cronologista* – que Benoit nos propõe o seu método imanentista: trata-se de integrar ao sentido da obra as suas cronologias efetivas sob a forma de temporalidades.

Assim, segundo o método imanentista de interpretação de textos, a temporalidade da *lexis* é o critério central para integrar as outras temporalidades ao sentido da obra, e, com isto, esclarecê-las. Estas deixarão de se opor reciprocamente, como ocorre quando são consideradas sucessões empíricas de eventos no tempo e no espaço físico, i.e., na sociedade, na época histórica, na vida pessoal do autor, nos períodos em que redigiu os textos e naqueles em que os corrigiu, etc. A temporalidade da *lexis* integrará naturalmente, na materialidade linguística do discurso, aquela da *nóesis*, ou o pensamento do autor, assim como integrará também a temporalidade da *póiesis*, os movimentos sucessivos de composição da *lexis*, por parte do autor, e de organização do seu pensamento. Neste caso, a cronologia efetiva de composição e de correção dos textos não será externa à organização do pensamento, como se fornecesse apenas meras datas históricas e pessoais, mas, indicará os movimentos do próprio pensamento na vida intelectual do autor e a sucessão de fases por que passou até o momento final da *lexis* – nos

casos, é claro, em que se tenha chegado a uma forma finalizada da *lexis*. No método imanentista, as datas cronológicas não serão aplicadas como critério para interpretar o sentido da obra aproximando-a de certas influências que porventura o autor tenha frequentado à época, e afastando-a de outras. Caso estas influências não tenham sido inscritas na *lexis*, aplicá-las na interpretação do sentido da obra e do pensamento do autor corresponde a introduzir elementos externos a eles. E, finalmente, a temporalidade genética também será interpretada à luz de sua presença na *lexis* – quando isto for possível, é claro – e, portanto, não como uma informação externa à obra, mas como parte constitutiva de seu sentido. P.ex., datações de manuscritos não serão aplicadas como critério para interpretar os textos, a não ser que elas estejam presentes na *lexis* do texto provisório ou definitivo que contenha o manuscrito, ou sua correção. Neste caso, a cronologia genética terá sido integrada à *lexis* como temporalidade pelo próprio autor, na qualidade de elemento do sentido – p.ex., para marcar uma mudança conceitual considerada importante entre o momento de sua gênese e o de sua forma atual no processo de *póiesis* – que pode não ser ainda o definitivo.

Assim, o sentido destas temporalidades será esclarecido internamente, pela remissão sucessiva de uma a outra, e não externamente, a partir de critérios tomados no interior das cronologias empíricas. Este método não pretende invalidar, certamente, a importância dos métodos externalistas, na medida em que estes fornecem dados úteis para inserir a obra nos diversos contextos materiais que são o seu solo de nascimento e desenvolvimento como obra empírica. O método internalista apenas situa adequadamente a natureza destes contextos evitando que seja feito com eles, inadvertidamente, o que, na verdade, se pretenderia evitar, a saber, introduzir elementos estranhos à obra para interpretá-la e compreendê-la. Para realizar este

projeto, aparentemente tão simples, será preciso, todavia, como vimos, perfazer o trajeto inverso ao da produção natural da obra, a saber, partir da disposição da *lexis* e remontar até a gênese através das temporalidades da *nóiesis* e da *póesis*. Em outros termos, será preciso apenas confiar na ordem da *lexis*, como ponto de partida.

Gostaríamos finalmente de acrescentar que, sendo a materialidade da *lexis constitutiva* do sentido das etapas da obra e da própria vida do autor, ela nos parece prescindir da remissão do sentido à instância de uma intencionalidade, da qual a *lexis* seria a mera exteriorização. De fato, basta olhar para o uso da linguagem presente na *lexis* para podermos apreender o sentido das diversas temporalidades por ela envolvidas e constituídas. O método imanentista permite, então, ir além na crítica ao externalismo, seja este positivista ou idealista. Eis um aspecto importante do contraste que assinalávamos inicialmente entre a tendência externalista nas ciências humanas presente na área da história da filosofia e a crítica imanentista que lhe é endereçada por Benoit em seu livro – crítica cuja abrangência pode atingir não apenas os diversos positivismos quanto outras formas de externalismo, como o formalismo, o mentalismo e as fenomenologias.

Ao longo do percurso metodológico e preparatório para a leitura imanentista dos **Diálogos**, Benoit nos dá vários exemplos da função integradora das temporalidades, a partir da *lexis*, com respeito aos elementos externos à obra filosófica. Um resultado da aplicação deste método aos textos de Platão é mostrar o aspecto sutil e profundo de sua obra – sobre o qual se tem passado ao largo – que é a peculiaridade de Platão no contexto da cultura grega da época. De fato, as técnicas de organização da *lexis* nos **Diálogos** são sempre colhidas das artes literária, dramática e poética – técnicas que, paradoxalmente, são criticadas por Platão por lançarem mão

de procedimentos de imitação. Paradoxo que leva Benoit a se perguntar se não seriam os **Diálogos**, ao invés de extensas narrações, ou exposições de teses para defender uma doutrina filosófica, muito mais “o grande esforço pelo qual a reflexão conceitual irrompe no interior da própria aparência?” – ou seja, uma reflexão conceitual e filosófica elaborada esteticamente, um gênero literário próximo a “uma espécie de romance filosófico, ou se quisermos, a uma ‘odisséia’ escrita por Platão”.

Na verdade, se uma obra criada pelo espírito humano faz parte da vida do seu autor, não é, certamente, a vida que dará sentido à obra, de seu exterior, mas, contrariamente, é a obra que dará sentido à sua vida. Em outros termos, não é a gênese empírica que permite compreender o sentido depositado na *lexis* final; pelo contrário, é este sentido nela depositado que permitirá ao leitor encontrar retroativamente o sentido da gênese, das transformações, assim como o sentido da organização gradual do pensamento do autor. Eis a revolução na maneira de olhar as obras a que nos convida o trabalho de Benoit. Sejam os atentos, pois, a este momento singular, **Os Diálogos**, em que emerge o conceito – envolto pelas imagens e tendo-as como *apoio*.

A ANTIGUIDADE ROMANA NO MUNDO CONTEMPORÂNEO: DESAFIOS DO ENSINO E DA PESQUISA

Paulo Sérgio de Vasconcellos¹

Filipe Noé da Silva²

Pedro Paulo A. Funari³

(FNS): Obrigado, professor Paulo Sérgio, por aceitar nosso convite para esta entrevista. Em primeiro lugar, gostaríamos que comentasse um pouco sobre como era o ensino e pesquisa sobre o latim e literatura latina no início de sua trajetória acadêmica. Quais mudanças, em termos de ensino e pesquisa, você tem acompanhado ao longo da sua carreira?

(PSV): Quando comecei minha graduação, não havia muitas perspectivas de trabalho na área; eu imaginava que sobreviveria como professor de Português do ensino médio e assim ficava tranquilo quanto ao futuro enquanto me consagrava aos Estudos Clássicos, uma espécie de paixão à primeira vista. Depois, a situação mudou e em pouco tempo víamos concursos de Latim acontecerem por todo o Brasil. Quanto às características da área, assisti a sua crescente internacionalização, que não era uma

¹ Professor de Língua e Literatura Latina, IEL/Unicamp. E-mail: odoricano@gmail.com. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-6718-3604>>

² Pesquisador Colaborador, IFCH/Unicamp. E-mail: f144983@dac.unicamp.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5075-0131>>

³ Professor Titular, IFCH/Unicamp. E-mail: ppfunari@uol.com.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0183-7622>>

preocupação primordial da maioria dos docentes daquele meu tempo de estudante; assim, eu mesmo como que acordei tarde para essa imperiosa necessidade de divulgar o mais possível nossas pesquisas, dialogando com pesquisadores estrangeiros em eventos e divulgando nosso trabalho em artigos nos periódicos internacionais. A meu ver, esta é a mudança mais vistosa que vi ao longo dos anos: desde a graduação, os jovens pesquisadores estão conscientes da necessidade da internacionalização; entre nós, docentes, houve notável incremento na quantidade de trabalhos publicados ou divulgados no exterior. Essa inserção internacional é uma prova eloquente da qualidade da pesquisa que se desenvolve em nosso país nos Estudos Clássicos.

(PPAF): A Eneida de Virgílio pode ser considerada obra seminal na tradição ocidental e constitui um de suas paixões recorrentes, ao longo do tempo. Desde quando, em que circunstâncias tomou contato com Virgílio, a Eneida? Nas décadas desde seus primeiros encontros com a Eneida, como considera que mudaram as perspectivas sobre a obra e seu autor?

(PSV): De fato, tem sido uma paixão; sempre volto, de uma forma ou de outra à *Eneida*; aliás, acabo de finalizar uma edição de sua tradução poética pelo português Lima Leitão, do século XIX. Conheci a *Eneida* na graduação da FFLCH; primeiro lendo-a integralmente em traduções prosaicas; mais tarde, conheci as traduções poéticas de Odorico Mendes e Carlos Alberto Nunes.

No Doutorado, minha intenção inicial era estudar a emulação da *Eneida* pelos *Lusíadas* de Camões; cheguei a redigir um projeto sobre esse tema. Mas quando me deparei com as questões que envolviam a intertextualidade

da própria *Eneida*, que parece conter, alusivamente, um panorama de toda a tradição poética greco-latina precedente, mudei de tema. A grande novidade, parece-me, nos estudos sobre essa epopeia, em autores como o italiano Gian Biagio Conte, era a ênfase na geração de sentidos possibilitada ao leitor pela evocação de um número grande de poetas anteriores (e, aliás, do próprio Virgílio, isto é, das *Bucólicas* e *Geórgicas*). Dediquei-me ao estudo das relações intertextuais que o texto virgiliano mostrava ao leitor que se lembrasse daqueles poemas que são, das formas mais variadas, evocados, por vezes até pela tradução para o latim de verso homérico. Era um universo vasto a explorar, e ainda é, na minha opinião, tamanha a profundidade e amplitude dos fenômenos intertextuais na *Eneida*. A teoria intertextual e sua prática na análise e interpretação dos textos latinos recebeu várias críticas importantes, mas, seja como for, é um dado inegável de que a consideração da intertextualidade dos textos poéticos latinos (e gregos), não mais restrita, praticamente, à pesquisa de fontes que se fazia tanto no século XIX, mas sob o viés dos sentidos possíveis gerados para o leitor, permitiu um ganho significativo no entendimento da poesia antiga, aí incluída a *Eneida*.

Por fim, reflexões modernas sobre Imperialismo, Colonialismo e Identidade de Gênero fizeram com que de uns tempos a esta parte predominassem leituras menos ingênuas da *Eneida*, menos ideologicamente viciadas, e emerge daí uma epopeia muito mais complexa, nuançada e profunda que aquela de que o fascismo italiano tentou se apropriar. Não é uma questão de se ver a epopeia sob perfil liberal ou conservador, mas de reconhecer como esse poema desafia qualquer modo de reduzi-lo ideologicamente de maneira simplista. Enfim, a *Eneida* está mais desafiadora do que nunca para seus intérpretes e leitores informados.

(PPAF): Dentre seus temas de reflexão e de maior repercussão estão a intertextualidade e a intratextualidade. São conceitos importantes para Filosofia, História e outras ciências humanas e de sempre maior relevância. Poderia contar como chegou a interessar-se por eles e como os considera relevantes.

(PSV): Bem, o grosso da história eu contei na resposta anterior. Complemento ressaltando que foi mesmo o estudo da *Eneida* que me abriu os olhos para as questões intertextuais, além, claro, dos estudos como os de Pasquali, na década de 40, sobre a “arte alusiva” e, sobretudo, os de Conte sobre a “memória poética”. Quando ingressei nessa área de estudos, encantei-me sobretudo com a possibilidade de ler textos poéticos descobrindo camadas de sentido que só o viés intertextual fazia vir à luz. Todo pesquisador ou mesmo leitor informado das obras da Antiguidade se vê às voltas com o fenômeno intertextual em sentido largo; até em Homero, fonte de toda literatura antiga, estudiosos vêm mostrando ecos intratextuais que geram sentidos possíveis muito instigantes, como uma espécie de composição em anel da *Ilíada*. Na Antiguidade e muito tempo depois, quando se falava nos ecos de um autor em outro, esse fenômeno era tratado sob a etiqueta da imitação, ou *imitativo*, e emulação, ou *aemulatio*. Mas foi o século XX que decididamente colocou o foco no essencial: efeitos de sentido que vão além da mera ideia de uma homenagem ao predecessor, competição com ele ou um ornato do discurso. Se a poesia latina tem sido vastamente pesquisada sob esse viés intertextual, a prosa ainda me parece timidamente analisada e interpretada; aqui há muito o que fazer. No caso do latim, pode-se ampliar a pesquisa, como alguns têm feito, para estudar a apropriação de certos autores antigos por autores cristãos, um caso de recepção mas,

quando se confronta textos, também de intertextualidade, já que é comum que a incorporação do autor antigo se dê também por ecos textuais concretos ao predecessor.

Enfim, há muito a fazer, sobretudo no âmbito das obras em prosa: Filosofia, História, etc. Não esqueço a passagem de um estudo em que Conte mostra como o início da *Guerra da Gália* de Júlio César apresenta um aspecto formular, tipificador de determinado gênero. Posso estar pouco informado a respeito, já que trabalho sobretudo com a poesia latina, mas parece-me que a prosa antiga é um terreno a ser mais explorado sob o viés intertextual. Reduzi a questão, para não me alongar demais, aos fenômenos do que os Antigos chamariam “imitação”, mas a ideia de intertextualidade pode ser ampliada para abarcar a noção de interdiscurso, e aí não paramos mais: todo discurso reelabora discursos outros, como os linguistas e analistas do discurso têm salientado. Essa é uma questão crucial que também assombra o estudioso da intertextualidade.

(FNS): Atualmente, inúmeros textos antigos têm sido traduzidos e publicados no Brasil: inclusive em edições bilíngues. Se possível, gostaríamos que comentasse essa proliferação de publicações que temos acompanhado nos últimos anos, sobre como essa documentação poderá auxiliar na formação de estudantes e docentes que, eventualmente, se interessem pelo estudo da Antiguidade.

(PSV): O que me alegra é que não se trata apenas de quantidade, mas de qualidade; no passado recente, lembro de ter lido traduções de textos latinos feitas canhestamente do francês por pessoas leigas. Nunca mais vi isso acontecer. Houve um tempo em que era comum os acadêmicos, quase isolados no conhecimento das línguas antigas, ao menos no Brasil, guardarem

na gaveta por anos o que tinham traduzido. Hoje, jovens pesquisadores que realizaram traduções em seu percurso acadêmico, assim como os professores mais experientes não têm, no geral, aquela atitude antiga e, paradoxo dos paradoxos num país que não valoriza a cultura, encontra editoras não apenas universitárias dispostas a publicar. Lembro o caso de um editor de editora privada que dizia: tenho sempre no meu catálogo obras clássicas; vendem pouco, mas vendem sempre. Esse mesmo editor já tem em seu catálogo uma tradução da *Eneida* do século XIX, mas acolheu outra tradução do mesmo poema também daquele século. É um desses casos em que a realidade brasileira nos espanta, mas positivamente.

Respondendo à última parte da pergunta, acho essa oferta de traduções um grande trunfo: no meu tempo de graduação, quando não tínhamos ainda a fluência necessária na língua, só podíamos ler certos textos antigos importantes em traduções para o francês ou inglês, o que era muito limitante. Por outro lado, hoje os alunos de graduação dos cursos de Letras que querem conhecer os textos antigos, mas não aprender latim ou grego, podem ter acesso a eles. Além disso, devemos sempre pensar nos leitores que não são especialistas, mas que terão acesso aos textos da Antiguidade em edições filologicamente confiáveis; aliás, desse grupo de leitores, podem provir futuros alunos dos nossos cursos.

Uma última questão: divulgar esses textos através de traduções bem feitas cria, em nosso país, a eventualidade de uma influência dos clássicos na vida moderna, e não apenas na literatura nacional em sentido restrito (no passado, para citar um só exemplo, a tradução da *Eneida* por Odorico Mendes foi ecoada fortemente no poema épico *Invenção de Orfeu*, do poeta modernista Jorge de Lima). As traduções podem concretamente exercer um papel ativo na cultura de um país, e não tenho dúvidas de que a proliferação

de traduções dos clássicos gregos ou latinos em nosso mercado editorial já está dinamizando o processo de recepção desses clássicos, o que certamente ficará mais visível quando pudermos ter um distanciamento temporal para apontarmos concretamente os frutos desse fenômeno.

(FNS): Depois de ter comentado um pouco sobre o passado, sobre como o estudo da Antiguidade sofreu transformações nas últimas décadas, gostaríamos que você nos falasse um pouquinho sobre quais são seus projetos para o futuro, para os próximos anos que estão aí à frente: seriam trabalhos novos, ou você pretende visitar alguns dos seus temas?

(PSV): Finalizei recentemente uma edição da tradução da *Eneida* feita por Lima Leitão, como já mencionei. O trabalho de revisão para publicação me ocupará mais urgentemente no curto prazo... Também recentemente voltei a um projeto começado em 2016 e não finalizado: estudar os gêneros poéticos a partir de uma tópica, a da descrição do mundo dos mortos na épica, na elegia e na lírica romana. Ainda não decidi se farei algo que me passou primeiramente pela cabeça: transformar esse estudo, já bem desenvolvido, embora não concluído, num livro destinado a leigos. Nesse caso eu teria de suavizar a erudição...talvez colocando as muitas notas só no final do livro, para os que se interessassem em ler o tipo de erudição que costumamos ver os trabalhos acadêmicos. Cada vez mais penso que nunca devemos deixar de ter em mente o leitor não especialista.

Aposentei-me em 2019 e costumo dizer: aposentado, *ma non troppo*. Assim, de quando em quando dou aulas, escrevo artigos, oriento. Um projeto não está muito claro ainda para mim, mas gostaria de trabalhar num livro de introdução à literatura latina destinado também aos leigos: o objetivo seria

mostrar aos leitores porque esses textos tão antigos (mais de mil anos!) me parecem tão instigantes que a gente chega a dedicar quase toda a vida a eles e, em vez de perder algo, ganha sempre... Acredito muito que faz parte da nossa tarefa como classicista fazer o máximo para transmitir aos jovens, sobretudo, não o peso de uma tradição de tantos séculos mas o prazer que traz o convívio com os autores antigos. Às vezes, tem sido meu oásis em meio à barbárie.

(FNS): Em uma resenha⁴ publicada no ano passado, você fazia uma crítica sobre o uso da Antiguidade, em geral, e do Latim, em particular, por setores conservadores da sociedade. Gostaríamos, se possível, que você comentasse um pouco sobre esse tema. Também seria interessante se você pudesse comentar sobre como a pesquisa e ensino sobre a Antiguidade, ao contrário, podem ajudar, hoje, na construção de sociedades mais democráticas.

(PSV): O fenômeno da tentativa de capitalizar os clássicos para ideologias de extrema-direita ou direita (cada vez vejo menos diferença entre elas) não é novidade brasileira, bastando lembrar os supremacistas brancos americanos. Recentemente, certo grupo de religiosos me enviou e-mail falando mal das urnas eletrônicas e do suposto excesso de liberalismo do Papa; eu já esperava o que viria: esse mesmo grupo defendia a volta do latim nas missas e apregoava as maravilhas do seu ensino. Mais um caso do que está tão frequente: setores de direita fazem defesa do latim que só não nos faz envergonhar porque sabemos bem que o que eles entendem por

⁴ Vasconcellos, P. S. de. (2021). RAVIZZA, Padre João. Gramática latina. Rio de Janeiro: Editora CDB, 2020. 716 p. ISBN: 978-65-89415-01-5. *Classica - Revista Brasileira De Estudos Clássicos*, 34(2), 1–6. DOI: <https://doi.org/10.24277/classica.v34i2.968>. Acesso em: 03/01/2021.

Antiguidade e mesmo por Latim é uma construção ideológica muito própria que não resiste a um mínimo de filologia séria... O ensino de latim não é de esquerda nem de direita. Digo mais: a formação de classicista, com sua ênfase na análise cerrada dos textos, por vezes empregando as categorias da retórica antiga, faz desse profissional alguém vacinado contra discursos marcadamente ideológicos e autoritários. O classicista analisa discurso como discurso, não como verdade indiscutível, e isso faz desmoronar ideologias como as que tentam se apropriar do latim. Cícero diz, em algum lugar, que quem não conhece a história está destinado a ser eterna criança. Vejo em certa direita nacional um espírito infantilizado, apegado a supostas verdades indiscutíveis às quais submetem tudo, inclusive o ensino de latim. São negacionistas também da Antiguidade, toda mutilada para caber num imaginário ultraconservador.

O classicista não está acostumado apenas a desconstruir discursos: ele tem a perspectiva da história para julgar, por exemplo, apesar do horror de certa direita ao que chamam “ideologia de gênero”. Que o gênero é mesmo uma construção social, em que pesem, claro, condicionantes biológicos, é mais do que evidente: basta estudar a moral dos antigos gregos e romanos. Aliás, essa direita que exalta o seu conceito de Antiguidade, sempre associada a valores morais e religiosos, ficaria escandalizada com inúmeros textos que desafiam sua ideologia. No fundo, não sabem do que estão falando quando falam em “Antiguidade”: têm em mente o reflexo de suas próprias convicções ao mencionar o termo, e nada é mais antifilológico do que essa postura.

Por outro lado, a literatura latina forma um conjunto de textos escritos por uma elite; e sabemos que a política romana era imperialista e aristocrática. Certas passagens dos textos que lemos e traduzimos trazem frases sexistas. O classicista coloca tudo isso em contexto e aprende: em vez de reproduzir

estereótipos que fazem o mundo antigo se deformar aos nossos olhos para caber no leito de Procusto de uma ideologia, indaga criticamente o que os textos veiculam, situando-os na história. Cada vez mais os que se dedicam aos Estudos Clássicos se encontram conscientes de que, em vez de reproduzir ideologias do passado, devem submeter tudo a um escrutínio cético, e não é incomum que isso resulte numa ferramenta para perceber e recusar estereótipos e preconceitos difundidos no presente. O classicista se recusa a ser aquela eterna criança a que Cícero se referia e, acostumado a tudo colocar em perspectiva, não se deixa seduzir por valores anti-humanos como o racismo, a misoginia, o nacionalismo oco. Ele pode mostrar aos seus contemporâneos de fora da academia que as forças retrógradas que tentam mover a sociedade não são novidade e, a uma análise cerrada de seu discurso e prática, revelam seu viés agressivo e excludente, essencialmente antidemocrático.

Termino contando uma história real, mas, como conto de memória, pode ser que erre em detalhes. Um pastor religioso americano relata em livro que considerava a Bíblia como O Livro, palavra de Deus a ser tomada literalmente. Resolveu aprender as línguas antigas, grego e hebraico. Isso mudou completamente sua visão do Livro, porque viu, na prática, que a sua leitura informada agora lhe trazia o tipo de questões problemáticas que todo objeto de estudo filológico traz. Enfim, cada um acredite no que quiser, mas não tente impor sua crença aos outros baseando-se numa leitura, no fundo superficial, de um texto. O classicista não cai nessa esparrela. O classicista, se realmente classicista, com sua formação filológica, não se deixa seduzir por verdades que se pretendem absolutas. Nada mais antidemocrático que o apego a verdades absolutas (no caso de certa extrema-direita, apego negacionista a mentiras absolutas), e a filologia pode ser um bom antídoto contra elas.

ALEGORIAS CAPITALISTAS DA ATLÂNTIDA PERDIDA

Pedro Tarozzo Tinoco Cabral Lima¹

RESUMO: Alguns poucos pensadores conseguem ter a sensibilidade de sentir os ventos que sopram em seu momento histórico, traduzindo filosoficamente as ideias que são por eles levantadas. Bacon foi um desses pensadores, pois conseguiu pôr em palavras o sentimento de mudança que perpassava a geração que então fundava o capitalismo, deixando o passado medieval rumo à modernidade. A sua *Nova Atlântida* representa a síntese dessa mudança, marco dessa transição que retoma a ideia platônica de *Atlântida* para assentar os pilares da Inglaterra incipientemente capitalista, na qual o imperialismo em ascensão começava a dar as cartas da vez. Neste pequeno artigo, procura-se abordar o significado filosófico desse “refundar” de Atlântida no contexto histórico de Bacon.

PALAVRAS-CHAVE: Atlântida. Bacon. Platão.

CAPITALIST ALLEGORIES OF LOST ATLANTIS

ABSTRACT: A few thinkers may have the sensitivity to feel the winds that blow in their historical moment, philosophically translating the ideas that are raised. Bacon was one of these thinkers because he put into words the feeling of change that permeated the generation that was founding capitalism, leaving the medieval past for modernity. His *New Atlantis* represents the synthesis of this change, as a landmark of this transition, resumes the Platonic idea of *Atlantis* to lay the foundations of an incipiently capitalist England, in which the rising imperialism was beginning to take over. In this short article, we try to approach the philosophical meaning of this “refundation” of Atlantis in the historical context of Bacon.

KEYWORDS: Atlantis. Bacon. Plato.

¹ Mestrando em Filosofia (UNICAMP), Especialista em Direito do Trabalho (USP), Bacharel em Direito (USP). E-mail: pedrottcl@gmail.com. Telefone: (11) 99588.1648. ORCID: 0000-0003-3431-9450.

INTRODUÇÃO

Os momentos de virada de um modo de produção para outro são muito ricos do ponto de vista da originalidade dos pensadores que os presenciaram. Mas são alguns poucos pensadores aqueles que conseguem ter a sensibilidade de sentir os ventos que sopram em seu momento histórico, traduzindo filosoficamente as ideias que são por eles levantadas.

Francis Bacon, escritor inglês do século XVII, foi um desses pensadores que sentiram os ventos históricos de sua época, pois conseguiu pôr em palavras o sentimento de mudança que perpassava a geração que então fundava o capitalismo, deixando o passado medieval rumo à modernidade. A sua *Nova Atlântida* representa a síntese dessa mudança, marco da transição que retoma páginas célebres dos *Diálogos* de Platão, as quais se referem a uma suposta Atlântida que teria existido num passado distante, séculos antes da Atenas do século IV a.C. Esta Nova Atlântida de F. Bacon é alegorizada, recorre à ideia platônica de Atlântida para assentar os pilares da Inglaterra incipientemente capitalista, na qual o imperialismo em ascensão começava a dar as cartas da vez. Há, de certo modo, uma “refundação” filosófica da Atlântida no contexto histórico de Bacon – momento no qual estão sendo efetivamente fundadas as cidades do modo de produção capitalista.

Em *Nova Atlântida*², Bacon imagina uma sociedade modelo, localizada em uma ilha distante, não conhecida pela civilização europeia, denominada *Bensalém* (do árabe, “filha da salvação”³), e que foi encontrada

² BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da natureza. Nova Atlântida*. Tradução e Notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999.

³ Idem. Cf. nota do editor, p. 229.

ocasionalmente por marinheiros à deriva. Nessa sociedade isolada, Bacon dá vazão à sua imagem ideal de ordem social, na qual a moral rígida dos governantes, de cunho cristão, seria acompanhada de perto pela investigação do mundo natural, com a prática experimental dando o tom dos avanços “científicos”⁴ daquela sociedade dita fabulosa. Há, assim, no mundo ideal do inglês, uma justaposição aparente entre a experimentação natural e o costume, onde o avanço da primeira seria acompanhado de perto pela inércia do segundo, momento no qual a tradição e a filosofia natural – estranhamente – se encontrariam.

É interessante notar que o título atribuído por Bacon ao pequeno conto é *Nova Atlântida*. Percebe-se, desse modo, que existe uma referência direta aos *Diálogos* platônicos (recorde-se que o mito de Atlântida é invocado nos diálogos *Timeu* e *Crítias*⁵). Mas não será só pelo título do texto de Bacon que poderemos perceber uma vinculação direta do inglês com esses diálogos de Platão. Mas também em função da menção literal feita pelo personagem da *Nova Atlântida*, denominado *Governador da Casa dos Estrangeiros*, a eles, quando este descreve a origem histórica da mencionada Ilha de Bensalém, a qual teria sido contemporânea da “grande Atlântida” nos séculos passados, referindo-se diretamente a passagens dos diálogos *Timeu* e *Crítias* de “um dos vossos grandes homens”, Platão⁶.

⁴ Com a ressalva de que: “Is ‘science’ in fact the best word, though, to describe Bacon’s interests? It is certainly a convenient label, a useful shorthand that seems to cover in one term the whole range of the activities pursued in Salomon’s House in the *New Atlantis*. But it is also an anachronistic word. ‘Science’, in the modern sense, did not exist when Bacon was writing: the categories of ‘science’ and the ‘scientist’ are creations of the nineteenth, not of the seventeenth century.” SERJEANTSON, Richard. *Natural Knowledge in the New Atlantis*. In: Francis Bacon’s ‘New Atlantis’, ed. by Bronwen Price. Manchester: Manchester University Press, 2002, p. 83.

⁵ PLATÃO. *Diálogos V – O banquete; Mênon (ou da virtude); Timeu; Crítias / Platão* [tradução, textos complementares e notas Edson Bini]. – Bauru: EDIPRO, 2010. (Clássicos Edipro).

⁶ BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da*

Percebe-se, assim, que um dos teóricos fundadores da sociedade capitalista, o ilustre político do reinado de Jaime I, Francis Bacon, simbolicamente escolhe a Atlântida dos *Diálogos* para opor ao mito da cidade que ele então estava construindo em *logos*: a Ilha de Bensalém, sua “Nova Atlântida”, ou seja, a “Atlântida” alegorizada do capitalismo em ascensão.

Ora, quais repercussões podem ser extraídas dessa referência expressa de Bacon aos *Diálogos*? O que significa filosoficamente louvar uma *Nova Atlântida* na Inglaterra do século XVII?

ATLÂNTIDA E NÃO-ATLÂNTIDA

Hector Benoit nos ensina que os *Diálogos* possuem uma *léxis*, ou um modo de exposição racionalmente ordenado, no qual a trajetória da dialética acompanha as aventuras e desventuras de seu principal personagem, Sócrates.⁷ Os diálogos *Timeu* e *Crítias*, portanto, inserem-se dentro da *léxis* dos *Diálogos*, e mais, em um momento muito particular, no qual haverá a tentativa de dar “realidade histórica à cidade socrática [descrita no diálogo *República*] através da aproximação com aquela Atenas que teria existido no passado.”⁸ Isto é, como se sabe, após a construção de uma cidade em *logos* na *República* por Sócrates, Crítias tentará demonstrar que a cidade imaginada por Sócrates se aproximaria da própria Atenas do passado, narrada por Sólon a seu neto, o próprio

natureza. Nova Atlântida. Tradução e Notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999. p. 233.

⁷ BENOIT, Hector. *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo: Annablume, 2015; e *A Odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética*. São Paulo: Annablume, 2017.

⁸ BENOIT, Hector. *A Odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 143.

Crítias, a partir da conversa que esse teve com um sacerdote egípcio. Diz Crítias (*Timeu*, 26c-d):

Transportaremos para o domínio do fato o Estado e seus cidadãos que para nós descreveste ontem como se fosse uma fábula. Na realidade, suporemos que esse Estado corresponde ao nosso antigo Estado e diremos que os cidadãos por ti imaginados são, na verdade, nossos próprios ancestrais, aos que se referiu o sacerdote [em conversa com Sólon].

Nota-se que a antiga Atenas proto-histórica descrita por Crítias corresponde a uma cidade fundada pelos deuses Hefáistos e Atena (*Crítias*, 109c). Amantes da sabedoria e das artes, esses deuses teriam forjado uma cidade na qual não havia propriedade privada - “todos encarando o que possuíam como propriedade comum a todos” (*Crítias*, 110d) - e que não almejava riquezas materiais. Eis porque seus cidadãos “não possuíam ouro ou prata, do que absolutamente não se serviam; pelo contrário, visavam à mediania entre a ostentação e a mesquinhez” (*Crítias*, 112c). Assim, a pretérita Atenas refletiria um ideal de harmonia e estabilidade, inspirando uma liderança natural nos demais gregos, “que os acatavam voluntariamente” (*Crítias*, 112d).

Por seu turno, “coube a Poseidon a ilha de Atlântida” (*Crítias*, 113c), o qual fundou a cidade governada por Atlas, seu primogênito. Os cidadãos de Atlântida, no início, munidos da divindade legada pelo deus dos mares, pouco se importavam com o acúmulo de bens materiais, o que lhes propiciou conglomerá-los, “e a riqueza que possuíam foi de tal proporção que acúmulo semelhante jamais foi visto antes em qualquer casa real” (*Crítias*, 114d). Não fosse o bastante, eles também extrairiam

não só o ouro, como também o oricaldo, “que, depois do ouro, era naquela época o mais precioso dos metais conhecidos” (*Crítias*, 114e). Ademais, Atlântida seria reconhecidamente um império (*Crítias*, 114d), mantendo vários “países estrangeiros submetidos” (*Crítias*, 116e). De modo que vários elementos teriam contribuído para a sua austeridade. Porém, como nos relata Crítias, quando a “porção de divindade neles encerrada principiou a se enfraquecer”, teria surgido um “desejo ilícito por posses e por poder” (*Crítias*, 121a-b).

Percebe-se, dessa maneira, que os traços fundamentais da Atenas proto-histórica descrita por Crítias representam a negação da antiga Atlântida: propriedade comunitária de uma, em contraposição à acumulação de riquezas da outra; liderança nata de uma, em prol de homens livres, ao passo que a outra manteria um império, subjugando nações; perene harmonia e estabilidade da primeira, enquanto a segunda teria se perdido no mundo das vicissitudes, da vaidade e da mesquinhez. O diálogo *Crítias*, estranhamente, tal como a enunciada tragédia de Atlântida, acaba repentinamente (*Crítias*, 121c), de forma que não é possível saber quais os detalhes do destino que Zeus preparou para seu povo, senão que foram derrotados pelos gregos (liderados pelos atenienses) e que um cataclisma ambiental acabou por dizimá-los. Fica, da lição dos *Diálogos*, que a Atenas proto-histórica seria a negação de Atlântida, ou seja, a sua literal superação humana e bélica, inclusive com a supressão geográfica da cidade de Atlântida em função da ira divina, enquanto Atenas, abençoada pelos deuses, teria prosperado pelos séculos seguintes, podendo desenvolver a sua democracia até atingir o tempo histórico dos personagens do diálogo *Crítias* (entre 410 e 408

a.C.⁹), levando a crer que a “República” ateniense teria dialeticamente negado o “Império” atlântico.

Entretanto, é muito significativo que Bacon, de certo modo, reivindique a refundação da Atlântida perdida em sua *Nova Atlântida*. Há uma clara opção do inglês pela antagonista da Atenas “republicana”, uma tentativa de negá-la (“a counter-model to Socrates’ ideal society”¹⁰). Note-se, nesse sentido, que a Ilha de Bensalém aparece, literalmente, como a “filha da salvação”, ou seja, a filha da salvação atlântica, filha que nasce do modelo de Estado que milagrosamente se perpetuou, um elo perdido que escapou à fúria do pagão Zeus, elo este que pôde, ao mesmo tempo, preservar o passado glorioso de Atlântida e ainda desenvolver um modo de ser cristão, lançando, assim, as bases para a construção de uma “nova Atlântida” imperial e cristã, impecavelmente rica, correta, educada, forte, sábia, técnica e experimental, ou - talvez os contemporâneos de Bacon facilmente inferissem - inglesa e burguesa...

REFUNDAR OU AFUNDAR DE VEZ?

Pode-se recordar, com o historiador David Hume, que, nos tempos de Bacon, o “evento que principalmente torna memorável o reinado de Jaime é o início da colonização inglesa na América, com o estabelecimento de assentamentos nas mais nobres bases jamais vistas em qualquer época ou nação.”¹¹ Tem-se, desse modo, que os anseios de

⁹ BENOIT, Hector. *A Odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 562.

¹⁰ WELBURN, Jude. *Empire and Utopia: Images of the New World in Francis Bacon's Works*. *English Literary Renaissance*, 10.1086/697681, 48, 2, (2018). p. 187.

¹¹ HUME, David. *História da Inglaterra: da invasão de Júlio César à revolução de 1688* / David Hume; seleção, tradução, apresentação e notas Pedro Paulo Pimenta. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2017. p. 276.

Bacon expostos em sua *Nova Atlântida* - *best seller* da sua época¹² -, de retomada de um modelo de sociedade imperial-colonialista (tal como a Atlântida dos *Diálogos*), certamente correspondem à posição imperialista inglesa do século XVII, a qual se encontrava em franca expansão rumo às colônias americanas, ou, poderíamos dizer, colônias da “grande Atlântida inglesa”, que Bacon pessoalmente tanto bem-queria.¹³ Afinal, o personagem *Governador da Casa dos Estrangeiros*, na *Nova Atlântida* de Bacon, literalmente louva a Atlântida dos *Diálogos*, destacando que “a Atlântida, assim como o Peru, então chamado Coya, e também o México, então chamado Tyrambel, eram reinos orgulhosos e poderosos em armas, navios e riquezas”, tendo exercido posições expansionistas, inclusive contra a Europa, campanha a qual “o mesmo autor dentre vós (segundo parece) [Platão] teve alguma notícia de um sacerdote egípcio a quem cita.”¹⁴

Veja-se que Bacon procura justificar a perspectiva expansionista sugerida na *Nova Atlântida* pelo viés “científico” e moral. Pode-se inferir, do conto do inglês, que uma sociedade avançada científica e moralmente deteria as condições de se tornar uma “nova Atlântida”. Nesse sentido,

¹² Segundo Serjeantson, “The *New Atlantis* is an important document in this reception history, for it was often reprinted, was widely read, and indeed was sometimes even continued by other writers keen to exploit its ambitious, optimistic, but ultimately unfinished qualities.” SERJEANTSON, Richard. *Natural Knowledge in the New Atlantis*. In: Francis Bacon’s ‘New Atlantis’, ed. by Bronwen Price. Manchester: Manchester University Press, 2002. p. 83.

¹³ “Bacon’s involvement in early English colonial ventures was not merely rhetorical; he owned shares in both the Newfoundland Company and the Virginia Company, and offered advice and support to those engaged in promoting English colonial ventures abroad.” WELBURN, Jude. *Empire and Utopia: Images of the New World in Francis Bacon’s Works*. English Literary Renaissance, 10.1086/697681, 48, 2, (2018). p. 168.

¹⁴ BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da natureza. Nova Atlântida*. Tradução e Notas de José Aluísio Reis de Andrade. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999. p. 233. Observa-se que o personagem de a *Nova Atlântida* se refere aos diálogos *Timeu* e *Crítias*, especialmente nas passagens em que Crítias recorda a viagem de Sólon ao Egito.

Nova Atlântida não seria sequer uma metáfora alegórica, mas uma verdadeira metonímia, na qual a “Nova Atlântida” representaria uma nova e grande Inglaterra, ambas supostamente herdeiras da Atlântida proto-histórica através de sua filha (e outra ilha) *Bensalém*, tal como indica o pesquisador da Universidade de Toronto, Jude Welburn¹⁵:

But does the representation of Bacon’s project as a struggle for mastery over nature transcend particular forms of political domination, or is the image of “human empire” indissolubly bound up with actual forms of imperialism? What is the relationship between the (political) vehicle and (epistemological) tenor in Bacon’s key metaphor? Many literary critics and historians of science have recently sought to separate or set in opposition Bacon’s epistemology and his politics, arguing that the figure of the “New World” in the *Novum Organum* and elsewhere is meant to provide a striking contrast between political empire and human empire. Attempts to separate Bacon’s scientific project from his imperialist rhetoric tend to assume that the concept of “human empire” functions as a kind of analogy or metaphor, comparing images from distinct conceptual fields. This essay analyses the dialectical tension between these two forms of empire and demonstrates how they are mutually constitutive in Bacon’s writing. What appears on the surface to be metaphor is in fact metonymical in structure. The discovery of the New World is not just a figurative image of an anticipated human empire; it is part of this expanded vision of empire.

Because the *New Atlantis* provides us with an image of Bacon’s scientific project as an institution, this text offers us a unique insight into the relationship between knowledge and power in Bacon’s thought. In the *New Atlantis*, Bacon alludes to the

¹⁵ WELBURN, Jude. *Empire and Utopia: Images of the New World in Francis Bacon’s Works*. *English Literary Renaissance*, 10.1086/697681, 48, 2, (2018). pp. 161-162.

existence of New World empires but places these empires in a distant, mythological past while erasing the political being of contemporary Americans. The foundational event that forms and isolates his utopia involves the destruction and historical erasure of contemporary Amerindian empires, and, narratively, it is this erasure that makes the utopian extension of human empire possible.

Lembrando o romance machadiano, poderíamos dizer que o “olhar oblíquo e dissimulado” de Bacon permite pinçar os elementos de Atlântida que mais lhe convêm, tais como seu expansionismo e poder repressivo, ao passo em que insere em sua *Nova Atlântida* outros itens que correspondem ao momento histórico em que ele próprio vive, notadamente, a experimentação natural e a rigidez cristã. Em certo sentido, Bacon assemelha-se a Crítias quando este fala das origens míticas de Atenas fundada por deuses, já que o escritor inglês funda alegoricamente a sua Bensalém a partir de uma origem divina, mas ao mesmo tempo em que lhe empresta características sensíveis, tal como o mito verossímil de Timeu, procurando justificar o injustificável, ou construir o intangível. Tanto Crítias quanto Bacon fracassarão: a cidade “republicana” imaginada em *logos* por Sócrates não será levantada nestes diálogos (*Timeu* e *Crítias*), tampouco Bacon edificará seu modelo ideal de sociedade, uma vez que o capitalismo que se anunciava não trouxe consigo as maravilhas técnico-experimentais aventadas na *Nova Atlântida*, mas sim um novo modo de produção pautado pela desigualdade representada pelo acúmulo de poucos e pela pobreza de muitos.

Ao tentar negar a Atenas “republicana” e proto-histórica, Bacon, de modo alegórico, contribuiu para fortalecer a negação capitalista dos resquícios feudais que podiam ser encontrados em sua época, já que o

mercantilismo precisava romper com as antigas fronteiras medievais. Não foi por acaso que Bacon foi muito lido em sua época, afinal, era preciso, naquele momento histórico, forjar um mito verossímil para a justificação do expansionismo inglês; o que seria melhor do que retomar a ideia de uma grande nação imperialista do passado, uma ilha, povoada por um povo probo e venturoso, inimiga das nações do continente europeu e ainda colonizadora da “grande Atlântida”, literalmente das terras ameríndias que tanto os ingleses almejavam?

Se a *Nova Atlântida* de Bacon não emergiu por completo, ela pelo menos ajudou a submergir o que restava de feudal na Inglaterra, fortalecendo o capitalismo que começava a se formar, ao mesmo tempo em que minava qualquer possibilidade de construção de um modelo antagônico, comunitário, contido no exemplo de uma Atenas “republicana” proto-histórica. E tudo isso fundamentado na justificativa da experimentação natural, do domínio cristão.

Por certo, a alegoria de Bacon deixou ainda mais distante a possibilidade da construção sensível de uma cidade comunitária e pagã. Na *léxis* dos *Diálogos*, tanto o mito verossímil da Atenas proto-histórica assente nos diálogos *Timeu* e *Crítias* quanto a cidade construída em *logos* por Sócrates (diálogo *República*) não chegaram a ser realizadas sensivelmente. Caberá ao personagem *Ateniense*, no decorrer da *léxis* dos *Diálogos*, forjar, de fato, uma cidade possível no diálogo *Leis*; uma cidade que não corresponde à “república” socrática, mas que dialeticamente a nega, avançando na realização sensível de uma cidade fundada em comunhão, ou *koinonia*.¹⁶

¹⁶ Cf. BENOIT, Hector. *A Odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética*. São Paulo: Annablume, 2017. pp. 471 e seguintes.

Contudo, tendo em vista a efetiva realização material da cidade capitalista nos séculos que se seguiram a Bacon, a tarefa aventada no diálogo *Leis*, agora, além de precisar concretizar uma cidade possível - não só construída em *logos* como a Atenas “republicana” de Crítias ou a “república” socrática do diálogo *República* -, precisaria, também, negar a “Nova Atlântida” de Bacon e a cidade capitalista que a acompanhou. Ou seja, o *Ateniense* precisaria, dialeticamente, negar cinco modelos de cidade, contrapondo-se a elas: Atlântida proto-histórica, Atenas proto-histórica, a cidade do diálogo *República*, a *Nova Atlântida* de Bacon (*Bensalém*) e a “Nova Atlântida” capitalista que foi efetivamente erigida (cuja Inglaterra, segundo Marx no capítulo XIV de *O capital*, é o modelo clássico¹⁷).

CONCLUSÃO

Nota-se que, em *Nova Atlântida*, Bacon preconiza a literatura burguesa que se estabelecerá com o modo de produção capitalista. O autor inglês, de certo modo, estabelece uma “utopian image”, “an act which at its most effective shapes the world into meaning with no detriment to its reality”, para usar as palavras de Terry Eagleton quando este se refere à formação do romance¹⁸. Ou seja, Bacon antecipa os primeiros escritores românticos, pois, antes do advento das “novels”, e de modo similar ao descrito por Eagleton, constrói uma imagem utópica para moldar as novas ideias que estavam sendo ventiladas na Inglaterra do século XVII, ou melhor, elege uma alegoria capitalista para emprestar

¹⁷ MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*; tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017. p. 788.

¹⁸ EAGLETON, Terry. *The English Novel. An Introduction*. Oxford: Blackwell, 2005. p. 16.

força filosófica à construção da cultura que perpassava o advento da nova classe dominante – o realismo romântico somente aprofundará essa tendência nos séculos seguintes.

Para tanto, o escritor inglês se utilizou da tradição filosófica dos *Diálogos* platônicos, mas, invertendo o sentido original da *léxis* dos *Diálogos*, Bacon emprestou razão moral à concepção imperialista de Estado em detrimento da ideia comunitária que podia ser extraída da Atenas proto-histórica descrita no diálogo *Crítias*. Isto é, a *Nova Atlântida* de Bacon corresponde, dialeticamente, a uma negação capitalista da Atenas “republicana”.

Sabe-se que, na *léxis* dos *Diálogos*, surgiu um personagem intitulado *Ateniense* – que muitos aproximam do próprio Platão – que negou dialeticamente a cidade construída em *logos* por Sócrates no diálogo *República*, cujas raízes proto-históricas e míticas foram evocadas nos diálogos *Timeu* e *Crítias*, para estabelecer as bases para a construção de uma cidade possível, fundada em comunhão (*koinonia*), no diálogo *Leis*. Restaria averiguar se, no tempo histórico da contemporaneidade, pode ter surgido algum filósofo ou escritor capaz de retomar a democracia da “república” ateniense, utilizando-se da forma alegórica da possível cidade comunitária descrita no diálogo *Leis*, para negar dialeticamente a cidade capitalista e afundar de vez a alegoria da Atlântida que merece permanecer perdida, sendo superada pela cidade comunista do futuro.

REFERÊNCIAS

- BACON, Francis. *Novum Organum ou Verdadeiras Indicações acerca da Interpretação da natureza. Nova Atlântida*. Tradução e Notas de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda., 1999.
- BENOIT, Hector. *Platão e as temporalidades: a questão metodológica*. São Paulo: Annablume, 2015.
- BENOIT, Hector. *A Odisseia de Platão: as aventuras e desventuras da dialética*. São Paulo: Annablume, 2017.
- EAGLETON, Terry. *The English Novel. An Introduction*. Oxford: Blackwell, 2005.
- HARTMANN, Anna-Maria. *The strange antiquity of Francis Bacon's New Atlantis*. *Renaissance Studies*, 10.1111/12084, Vol. 29, No. 3 (2014), pp. 375-93.
- HUME, David. *História da Inglaterra: da invasão de Júlio César à revolução de 1688*; seleção, tradução, apresentação e notas Pedro Paulo Pimenta. – 2. ed. – São Paulo: Editora Unesp, 2017.
- JALOBEANU, Dana. *Bacon's Brotherhood And Its Classical Sources: Producing And Communicating Knowledge In The Project Of The Great Instauration*. In: *Philosophies of Technology: Francis Bacon and his Contemporaries* (2 vols.), 2008, pp. 197–230.
- KLEIN, Jürgen; GIGLIONI, Guido. *Francis Bacon*. *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2020 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <https://plato.stanford.edu/archives/fall2020/entries/francis-bacon/>. Acesso em: 18 mar. 2022.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*; tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- PLATÃO. *Diálogos V – O banquete; Mênon (ou da virtude); Timeu; Crítias / Platão* [tradução, textos complementares e notas Edson Bini]. – Bauru: EDIPRO, 2010. (Clássicos Edipro).
- SERJEANTSON, Richard. *Natural Knowledge in the New Atlantis*. In: *Francis Bacon's 'New Atlantis'*, ed. by Bronwen Price. Manchester: Manchester University Press, 2002, pp. 82–105.

WELBURN, Jude. *Empire and Utopia: Images of the New World in Francis Bacon's Works*. *English Literary Renaissance*, 10.1086/697681, 48, 2, (160-190), (2018).

MULHERES ALFORRIADAS E O TRABALHO NO IMPÉRIO ROMANO

UMA LEITURA A PARTIR DA EPIGRAFIA LATINA

Catarina de Faria Rodrigues¹

Filipe N. Silva²

RESUMO: Este artigo discute a atuação laboral das libertas no Império Romano a partir da epigrafia latina. Tem-se por intenção avaliar as contribuições das teorias feministas para os Estudos Clássicos, e ressaltar sua importância para a construção de uma História Antiga que possa e deva reconhecer e valorizar a experiência histórica das mulheres. Assim sendo, propõe-se a leitura de inscrições funerárias latinas de mulheres egressas da escravidão. Nesta empreitada, interessa-nos evidenciar a contribuição social e econômica das mulheres para além da exclusão proposta pela escravidão.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia feminista. Mulheres. Trabalho. Império Romano. Epigrafia Latina.

ELIGIBLE WOMEN AND WORK IN THE ROMAN EMPIRE

A READING FROM THE LATIN EPIGRAPHY

ABSTRACT: This paper discusses the freed women's labour in the Roman Empire based on Latin epigraphy. It is here intended to evaluate the contributions of feminist theories to the Classical Studies, and highlight its importance for the construction of an Ancient History which can and should recognize and value the historical experience of women. Thus, it is proposed

¹ Bolsista FAPESP de Iniciação Científica, IFCH/Unicamp. E-mail: c214482@dac.unicamp.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-4440-2525>>.

² Professor Colaborador IFCH/Unicamp. E-mail: fnsilva@unicamp.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5075-0131>>.

the reading of Latin funerary inscriptions of women egressed from slavery. In this endeavor, we are interested in highlighting the women's social and economic contribution beyond the exclusion proposed by slavery.

KEYWORDS: Feminist Archeology. Women. Work. Roman Empire. Latin Epigraphy.

I. TRABALHO, GÊNERO E ANTIGUIDADE

Tangenciado pela escravidão, o trabalho assumiu variadas formas entre os romanos. Urbana ou rural, livre ou compulsória, a atividade laboral era parte fundamental do cotidiano de mulheres e homens que não usufruíam dos prazeres e benefícios exaltados pelos poucos que viviam no *otium* (SILVA; FUNARI, 2021). Ainda que a agricultura, ao menos nos escritos de Catão (*Agr.* pr. I), fosse enaltecida e admitida sob a boa reputação de formar homens e soldados duros e vigorosos, o trabalho manual, o serviço remunerado e as atividades comerciais, no entanto, foram, em sua maioria, desqualificados e associados à desonestidade e à servidão por vários escritores romanos. Cícero, por exemplo, em sua obra *De Officiis* (1.150), reprovava e caracterizava como indignos e sórdidos, entre outras ocupações, o comércio e os ofícios dos *fartores* (salsicheiros), *coqui* (cozinheiros) e dos *lanii* (açougueiros). De maneira similar, Sêneca (*Ep.* 88. 21), anos mais tarde, lamentava a ausência de virtude nos trabalhos manuais realizados pelos artesãos, qualificando-os como sórdidos e vulgares.

Desprovido do conceito abstrato de trabalho inaugurado pelo capitalismo (VERNANT, 1990; KNUST, 2019; SILVA; FUNARI, 2021), o vocabulário latino associado à atividade laboral congrega a ideia de esforço, sofrimento e fadiga (*labor*), mas também a ideia de “obra”, “tarefa” a ser cumprida (*opera*). Assim como ocorre com os vocábulos *industria* e *ars*, por exemplo, a amplitude semântica dessas palavras extrapola o âmbito da esfera produtiva, e poderia

se referir à energia física empregada na guerra, no parto (THOMAS, 2004, p.03) e até mesmo na realização de uma cerimônia religiosa (MEILLET; ERNOUT, 1951, p.826). A análise filológica (AGAMBEN, 2005) dos termos latinos associados às profissões, sobretudo a partir da documentação epigráfica, tem possibilitado uma compreensão relacional entre as diversas especializações profissionais desempenhadas pela população de Roma e das províncias do Império (JOSHEL, 1992; PEREZ GONZÁLEZ, 2021).

Visto que “A língua é um dos grandes elementos culturais que nos permitem rastrear as questões de gênero” (FUNARI; MARQUETTI, 2019B, p. 18), as abordagens sobre o trabalho na Antiguidade a partir das teorias de gênero são igualmente inovadoras (SCOTT, 1995), tanto no que concerne à atividade laboral das mulheres, em geral (FUNARI, 1995; FEITOSA, 2005; DUPRAT, 2017), quanto das escravizadas e libertas, em particular (RUBIERA CANCELAS, 2014; SILVA, 2021). Além de admitir que a divisão social do trabalho entre os sexos decorre das relações de poder de uma dada sociedade, as teorias de gênero também denunciam a arbitrariedade inerente à separação e à hierarquização (DÍAZ-ANDREU, 2019, p.51) das ocupações destinadas a homens e mulheres no presente e no passado (KERGOAT, 2009). Em consonância com tais preceitos, propomos, a seguir, uma pequena análise sobre a atuação laboral das libertas no Império Romano dos primeiros séculos.

II. FEMINISMO: HISTORIOGRAFIA E ESTUDO DA ANTIGUIDADE

A História científica se desenvolveu, a princípio, sob a égide de um saber factual e positivista: a partir de fontes oficiais, o objetivo central era entender “a verdade” sobre o passado dos grandes sujeitos históricos. Essa premissa, porém, aos poucos foi se desconstruindo, pois começou a se notar

que a própria escrita da História seria penetrada “por relações de poder, construída a partir de interesses marcados, sejam eles identitários, étnicos ou ideológicos” (FUNARI; GARRAFFONI, 2008, pp. 102-103). Inclusive, essa hierarquização enraizada na lógica acadêmica contribui com o que María Lugones (2014, p. 935) entende por um pensamento capitalista e colonial moderno sobre temas estigmatizados como raça, gênero e sexualidade.

Como exemplo disso, pode-se mencionar os estudos clássicos, cujas raízes conservadoras e hierárquicas se formaram em consonância com os projetos de nacionalismo dos Estados em formação e com a própria ideia de uma identidade ocidental (SILVA, 2005). Como apresentado por Paulo Pires Duprat e Pedro Paulo Funari (2020, p. 16), “as ‘histórias’ trazem versões que são as opiniões, valores e motivações dos vencedores e não contemplam a versão dos vencidos”. Os estudos clássicos, incentivados também pela Arqueologia — que já foi muito marcada pela objetividade e por metodologias positivistas —, assim, parecem ter se atrasado frente às demais áreas da historiografia em uma imersão de autorreflexão sobre os grupos considerados subalternos (RIBEIRO, 2017, p. 211).

Essa lógica categorial dicotômica e hierárquica, porém, aos poucos foi se desconstruindo dentro de uma nova historiografia. Para Margareth Rago (1999, p.76), as obras de Walter Benjamin, Michel Foucault e E.P. Thompson contribuíram, no Brasil, a partir de suas traduções e divulgações, para uma renovação na produção historiográfica, também, fazendo com que a História Social, novo espaço de metodologia histórica, pensasse nos sujeitos até então marginalizados. Apesar de análises como as de Thompson, por exemplo, serem voltadas a operários e populares, a mesma metodologia desenvolvida e utilizada por ele pode ser também base para outros escopos, já que a perspectiva cultural implica na “história vista de baixo” (IGGERS, 2010, p. 110). Para Funari e Garraffoni:

Na virada do século XX para o XXI, os estudos clássicos passaram por intensas transformações. (...) geração de estudiosos preocupados com a revisão de conceitos consagrados, de críticas a modelos interpretativos de cunho normativo, além das múltiplas propostas de novos temas a serem explorados (FUNARI; GARRAFFONI, 2008, p. 102)

Além disso, a nova historiografia também retira os agentes históricos de posição de heroísmo, mostrando-os de forma mais complexa e humana (RAGO, 1999, p. 94), permitindo reabilitar os subalternos em um desenrolar histórico. A busca pela pluralização dos sujeitos históricos, inclusive, acatou na libertação de certas hierarquias enraizadas na sociedade, como no agenciamento feminino, tendo em vista que até pouco “as mulheres foram ‘escondidas da história’” (DUPRAT; FUNARI, 2020, p. 01).

Os projetos e movimentos feministas vigentes a partir da década de 1960 queriam modificar a condição da mulher na sociedade através da demanda pelos direitos sociais. A partir da década de 1980, essa demanda se tornou um “fazer política” mediante estudos e projetos acadêmicos, juntando-se às ciências e técnicas de análise diversas à crítica e ao método científico. Michelle Perrot, por exemplo, com seus projetos da década de 1980, buscou privilegiar esse novo sujeito historiográfico pouco estudado até o momento, a mulher (RAGO, 1998). Como proposto por Margarita Díaz-Andreu (2019):

(...) o interesse pelos estudos sobre as mulheres surgiu no final da década de 1960, inserido nas lutas pelos direitos civis de diversos grupos e que viria a ser denominada *segunda onda do feminismo* (a primeira refere-se às sufragistas)” (DÍAZ-ANDREU, 2019, p. 98 - grifos da autora).

O feminismo na História se liga diretamente a vertentes de História Social e Cultural, por colocar em xeque certas estruturas pré-estabelecidas e entender as resistências/dominações políticas pautadas no gênero. Como proposto por Georg Iggers (2010, p. 107), as renovações historiográficas também vêm atreladas ao descontentamento com as consequências do mundo proposto pelo Ocidente. Ou seja, se, hoje, busca-se o agenciamento feminino, é porque este não foi analisado, no passado, pelos estudos clássicos. Está expressa a recusa de acesso ao poder: as mulheres eram marginalizadas, assim como outros grupos também podiam passar pelo mesmo, como os homens escravizados, estrangeiros ou com outro estatuto social (FUNARI; MARQUETTI, 2019B, p. 18).

Rago (1998) expressa ainda que “o feminismo propõe *uma nova relação entre teoria e prática*” (p. 11 - grifos da autora), pois, ao se colocar contra o positivismo, vai interagindo e se combinando ao longo do percurso historiográfico, sem visar a um conhecimento verdadeiro e neutro. Ademais, é importante ressaltar o caráter científico que essa disciplina tem, para que não a vejamos como um discurso crítico não fundamentado. E, apesar de saber que ela contém uma continuidade ao conhecimento dominante e tradição científica da área (RIBEIRO, 2017), também traz certas rupturas (RAGO, 1998, p. 03). Para Belo:

Para concluir, pode-se dizer que no início do século XXI a História e a Arqueologia já sofreram várias transformações em sua atitude interpretativa. Um exemplo é a Arqueologia feminista, de gênero, *queer* ou de diversas subjetividades que estão em alta nos estudos mais atuais (Carvalho & Funari, 2009), além da História Cultural que cada vez mais abre as portas para esse tipo de pesquisa (BELO, 2011, p. 11 - grifos da autora).

No caso da historiografia das mulheres romanas, é necessário citar, em primeiro lugar, que as mesmas não devem ser referidas de forma genérica, “já que especificidades históricas e geográficas deveriam ser, também, consideradas pelos que se dedicam ao estudo das relações de gênero” (FUNARI, 1995, p. 191). Trata-se de um contexto amplo, em várias áreas e condições. Assim, a multiplicidade nunca deve ser reduzida: a experiência de cada um o molda de acordo como ser dentro de uma certa sociedade, a qual não deve ser categorizada frente a outras. A própria História do Império Romano tem passado por revisões, sendo repensada a partir de suas relações de gênero, questões étnicas, identidades, entre outros. Para Funari e Garraffoni: “À luz da teoria social da nossa época, o mundo romano parece muito mais variado e contraditório, sempre aberto a leituras também diversificadas, mas sempre muito significativas para nossos próprios dias” (FUNARI; GARRAFFONI, 2008, p. 117).

Em termos do estudo de gênero, é essencial ainda deixar claro que uma atenção redobrada se faz vital, a fim de que não se sobreponham os ideais e pensamentos das sociedades modernas sobre o de outros povos passados (RIBEIRO, 2017, p. 213). Como exemplo disso, pode-se citar que a construção das relações de gênero nas antigas civilizações era baseada na relação de grupos ou comunidades específicas (FUNARI; MARQUETTI, 2019B, p. 17), o que difere do nosso entendimento atual desta construção. Tratar sobre gênero é reconhecer o “direito de todos os indivíduos, a conquista do espaço social, o sair do silêncio e dar margens” (FUNARI; MARQUETTI, 2019A, p. 09). Trata-se de uma renovação radical e que redimensiona os próprios olhares sobre os homens, em nova perspectiva epistemológica, sem serem mais sujeitos universais e topo de uma hierarquização. Não se pode, assim, entender que os corpos são apenas condicionados pela natureza (ou

seja, pelo biológico), já que dentro de uma sociedade, a cultura desta os molda.

Entende-se que “as mulheres romanas, geralmente, tinham um poder limitado dentro de uma sociedade governada por homens, porém elas podiam ter riqueza e ser influentes” (BELO, 2011, p.02). Para Feitosa e Rago (2008):

O ideal de beleza preconizado pela elite romana define a bela mulher como aquela de pele alva, belas formas, peso moderado, estatura alta, cabelos longos, elegante, delicada e culta. Dela espera-se a virgindade, a castidade, a procriação e a fidelidade ao esposo (FEITOSA; RAGO, 2008, p.112).

De fato, essa imposição hegemônica sob o “ser” feminino reinou por muito tempo, mas não significa a inexistência de inúmeros casos de transgressão a este molde. Funari (1995), por exemplo, faz análise de inscrições romanas feitas por mulheres, as quais também destacam que as mulheres não seguiam a norma padrão estabelecida há tão pouco tempo: liberdade sexual, mulheres que são musicistas, que insultam (ou, melhor, que escrevem sátiras), com comemorações de aniversário próprias, entre outras práticas. Da mesma forma, são alguns destes casos de agenciamento e protagonismo que buscaremos aqui analisar, com ênfase, sobretudo, em sua contribuição para a vida cultural e econômica no Império Romano.

III. A EPIGRAFIA E O ESTUDO DAS MULHERES ROMANAS

A fim de evidenciarmos a experiência histórica das mulheres no Império Romano, o recurso à cultura material, como já demonstrado por Funari (1995) e Feitosa (2005), pode mesmo ser considerado imprescindível. Há exato um século, Mikhail Rostovtzeff (1922), de maneira pioneira, destacava

a importância do artefato arqueológico para o estudo da Antiguidade. Visto que a produção textual antiga esteve restrita a grupos sociais abastados (BOTTÉRO, 1995), a ampliação documental em prol da cultura material permitiu, de acordo com Garraffoni (2008), a escrita de uma História Antiga voltada aos diversos grupos sociais desprovidos de pleno direito: “A leitura de fontes diversas, dentre elas a arqueológica, tem possibilitado questionar as projeções e idealizações apresentadas pelas e para as elites, em documentos aristocráticos, como comportamentos legítimos e aceitos pelos demais” (FEITOSA; RAGO, 2008, p. 112).

Para o estudo das mulheres escravizadas e libertas no Império Romano, que viveram sob um duplo critério de sujeição social (RUBIERA CANCELAS, 2014), a utilização da documentação epigráfica, transmitida de maneira direta da Antiguidade, possibilita um conhecimento menos arbitrário sobre esse grupo social. Apesar de seu manifesto valor histórico, a tradição textual, não raro, apresenta perspectivas favoráveis à escravização e quase sempre oferece estereótipos que desabonam as pessoas escravizadas e/ou egressas da servidão (JOSHEL, 1992; MOURITSEN, 2011; RUBIERA CANCELAS, 2014; SILVA, 2021). No que se refere ao trabalho, em particular, as inscrições — sobretudo funerárias — de libertas e libertos sugerem uma relação de valorização das ocupações (JOSHEL, 1992; SILVA; FUNARI, 2021): perspectiva distinta, portanto, daquela preconizada por Cícero (*De Officiis*. 1.150), Sêneca (*Ep.* 88. 21), e outros escritores antigos. Como observou Joly (2013):

Trabalhar para alguém a fim de prover o próprio sustento era considerado digno de um escravo. No entanto, se para as camadas altas o trabalho manual era algo valorado negativamente, o mesmo não ocorria para aquelas que dela se valiam. Fazia parte da cultura dos libertos uma certa ética do

trabalho no sentido de que este era considerado positivamente, uma vez que lhes permitiu ascender socialmente. As estelas funerárias de ex-escravos trazem claramente esta mensagem, que na literatura produzida pela elite é pouco usual (JOLY, 2013, p.86).

Em relação à metodologia de análise dos vestígios arqueológicos — bem como da historiografia feminista —, porém, é necessário ressaltar que “a teoria segue a experiência: esta não é buscada para comprovar aquela, aprioristicamente proposta. Opera-se uma deshierarquização dos acontecimentos: todos se tornam passíveis de serem historicizados (...) A realidade já não cede à teoria” (RAGO, 1998, p.17). Ou seja, primeiro deve-se coletar as evidências, as quais moldarão, num momento posterior, uma hipótese ou entendimento (FUNARI, 1995).

IV. AS LIBERTAS E O TRABALHO NO IMPÉRIO ROMANO: UMA LEITURA A PARTIR DA EPIGRAFIA LATINA

A análise de inscrições permite a reconstrução de saberes históricos diversos, já que se apoia no desenvolvimento da circulação de informações de um cotidiano que, não raro, são considerados menos importantes do que os assuntos políticos e militares. Assim sendo, por meio da leitura de inscrições funerárias latinas das libertas romanas, ambiciona-se realçar a atuação das mulheres em inúmeras frentes e meios de trabalho. A menção explícita à atividade laboral realizado por libertas, aliás, foi o critério utilizado para a seleção dos documentos analisados a seguir.

As inscrições analisadas neste estudo dizem respeito a libertas que desenvolviam suas atividades por conta própria ou por meio de parcerias ou associações com outras pessoas. Tais atividades, não raro, já faziam parte

de seus cotidianos desde antes da emancipação. Este é o caso, por exemplo, de Septícia Rufa (**Imagem 01**), responsável pelo batimento de ouro para que ficasse disposto no formato de folhas: trabalho desenvolvido em conjunto com Aulo Septício Apolônio. Por estar associado à produção de objetos de luxo (PÉREZ-GONZÁLEZ, 2021), pode-se reconhecer que esta liberta atuava em uma profissão que exigia técnica e especialização por parte das pessoas trabalhadoras:



Imagem 01: Inscrição funerária dos libertos Aulo Septício Apolônio e Septícia Rufa.

Foto: *Epigraphic Database Roma*

Inscrição:

A(ulus) Septicius A(uli) I(ibertus) / Apollonius / brattiar(us) / Septicia A(uli) I(iberta) / Rufa brattia/[ria(?)] ollas II.

Tradução nossa:

Aulo Septício Apolônio, liberto de Aulo, batedor de ouro. Septícia Rufa, liberta de Aulo, batedora de ouro. Duas urnas.

Literatura: CIL 06, 06939 = AE 1997, 00102 = AE 2012, 00129 = AE 2013, 00145 = EDR 108311. **Data:** 01-50 d.C.

Localização: Roma, Via Latina, Vigna Aquari. **Dimensões:** Alt. 17.7 cm; Larg. 22.5cm.

Conforme menção explícita da inscrição, ambos os personagens eram alforriados. Por requerer certo grau de especialização, a tarefa laboral em questão (*brattarius* e *brattaria*) poderia estar sendo desempenhada por ambos os libertos desde antes mesmo de terem assegurado sua liberdade. Neste caso, a presença da liberta Septícia Rufa torna patente a atuação feminina, também, na produção de objetos de luxo produzidos em Roma,

especificamente junto à família *Septicia*, cujo material epigráfico atesta uma ampla atuação na ourivesaria desenvolvida na *Via Sacra* (PÉREZ GONZÁLEZ, 2021, p.99). Por fim, pode-se mencionar que a referida inscrição, por suas características, pode ter sido utilizada em um *collumbarium*.

A atuação de libertas em conjunto com companheiros egressos da servidão também pode ser observada na inscrição da liberta Névia Clara (**Imagem 02**), identificada neste *cippus* como médica estudiosa. O fato de estes elementos serem apresentados em sua sepultura nos permitem presumir que tais profissões tinham particular importância na sociedade latina, e que mulheres, inclusive libertas, também tinham sua função e espaço nesse quadro profissional:



Inscrição:

C(aius) Naevius C(ai) I(ibertus)
Phi[lippus] / medicus chirurg(us) /
Naevia C(ai) I(iberta) Clara / medica
philolog(a) / in fro(n)te ped(es) XI
s(emis) / in agr(o) ped(es) XVI.

Tradução nossa:

Cáio Névio Filpos, liberto de Caio, médico cirurgião. Névia Clara, liberta de Caio, médica e estudiosa. A medida da sepultura, na frente, é de onze pés e meio, e sua profundidade é de dezesseis pés.

Literatura: AE 2001, 00263
= EDR 001214.

Data: 50 a.C. – 01 a.C.

Localização: Roma

Dimensões: Alt. 127 cm; Larg. 50 cm.

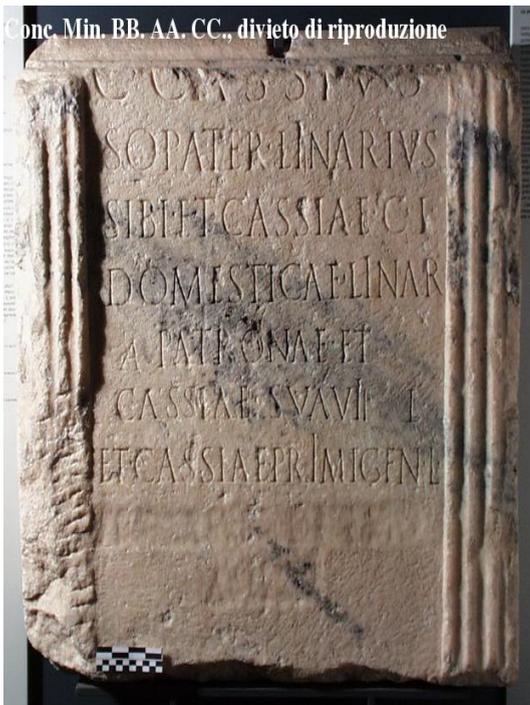
Imagem 02: Epitáfio dos libertos
Caio Névio Filpos e Névia Clara.

Créditos da Imagem:

Epigraphic Database Roma

Conc. Min., BB. AA. CC., divieto di riproduzione

Ao passo que o liberto Caio Névio Filipos é identificado enquanto médico cirurgião, a médica Névia Clara, que talvez fosse sua liberta, carrega, além da identificação como médica, o adjetivo *philologa*, que traduzimos para o vernáculo como “estudiosa”. De acordo com Alfredo Buonopane (2002, p.121), esta especificação poderia, por um lado, indicar uma maior proximidade com os aspectos puramente teóricos da medicina, mas também, por outro lado, reforçar a qualidade intelectual desta médica para o exercício de sua profissão. O desempenho de um determinado ofício na companhia de outras pessoas de origem servil também pode ser observado noutras tantas inscrições. A título de exemplo, a estela funerária a seguir (**Imagem 03**) tornará patente esta condição:



Inscrição:

[V(ivus) f(ecit?)] / C(aius) Cassius
/ Sopater linarius / sibi et Cassiae
C(ai) l(ibertae) / Domesticae linar(iae)
/ {a} patronae et / Cassiae Suavi{l}
l(ibertae) / et Cassiae Primigeni(iae)
l(ibertae) / [[et C[3]o]] / [[amico]]

Tradução nossa:

Caio Cássio Sopater, tecelão [em vida fez este monumento] para si e para a patrona Cássia Doméstica, tecelã e liberta de Caio, para a liberta Cássia Suave, para a liberta Cássia Primigênia e para C[---] amigo.

Literatura: CIL 05, 05923 = AE 1995, 00663 = AE 2000, 00255.

Data: 01 – 100 d.C.

Localização: Milão

Dimensões: Placa marmórea, Alt. 73 cm; Larg.76 cm.

Imagem 03: Estela funerária dos Cassi.

Créditos da Imagem: Epigraphic Database Roma.

Além da identificação laboral, a inscrição também evidencia os distintos sistemas relacionais envolvidos à vida da tecelã Cássia Doméstica. Em vida, não apenas foi liberta de Caio Cássio Sopater, mas também patrona, e desempenhou a mesma função que ele, de tecelã. Além disso, outras libertas também são apresentadas, Cássia Suave e Cássia Primigênia, apesar de apenas a primeira ser identificada quanto ao seu trabalho. O estabelecimento de vínculos sociais, inclusive a menção ao “amigo”, demonstra que a organização profissional, sobretudo coletiva, poderia auxiliar os alforriados na superação do esvaziamento social outrora preconizado pela escravidão (PATTERSON, 1982).

Em decorrência da heterogeneidade da escravidão, o trabalho das libertas romanas era diversificado, e poderia se desenvolver até mesmo no âmbito das atividades artísticas, inclusive em espetáculos teatrais. Este é o caso da alforriada Cornélia Nothis (**Imagem 04**). Por meio do epitáfio encontrado em *Emerita Augusta*, atual Mérida, sabemos que esta personagem atuou como segunda mima em um grupo de apresentação teatral:

Inscrição:

Corne[ll]i[a] / P(ubli) l(iberta) Nothi[s] /
secunda mim[a] / Sollemnis et / Halyi / h(ic)
s(ita) [e(st)] s(it) t(ibi) t(erra) l(evis).

Tradução nossa:

Aqui jaz Cornélia Nothis, liberta de Públio.
Segunda mima da [companhia] de Solene
e Hálío. Que a terra lhe seja leve.

Literatura: AE 1993, 0912 = AE

2017, 00616 = *HEp* 5, 1995, 97.

Data: 101-200 d.C. **Localização:**

Augusta Emerita (atual Mérida).

Dimensões: Alt. 46 cm; Larg. 26 cm; Prof. 30 cm.

Imagem 05: Lápide funerária de Cornélia Nothis.

Créditos da Imagem: Centro CIL II

(Mérida), *Universidad de Alcalá*.



O termo latino *Mimus* a princípio, poderia ser utilizado para fazer referência a performances teatrais distintas (MARSHALL, 2006, p.07). No entanto, estaria associado sobretudo a um tipo teatral popular em que os cantos, as danças e atuações ocorriam sob certo improviso. Ademais, tratava-se de um tipo teatral em que a utilização de máscaras ocorria apenas em ocasiões pontuais, específicas. Encenados sobretudo em âmbito urbano, em espaços como o teatro, o anfiteatro e os simpósios, o Mimo também poderia possuir um enredo literário como base. Na tradição textual antiga há poucas evidências diretas sobre o mimo. Destacam-se, em particular, os breves escritos do liberto Publílio Sírio, datados do século I a.C., e também as produções de Décimo Labério (105-43 a.C).

De acordo com os estudos de Marshall (2006, p.08) e Caldelli (2015, p.591), o *Mimus* era um dos poucos espetáculos teatrais que admitiam a presença de mulheres. As pessoas envolvidas nesse tipo de apresentação, quase sempre de origem servil, eram retratadas como pessoas infames pelas elites romanas (CALDELLI, 2015, p.591). A presença da liberta Cornélia Nothis em uma companhia de performances teatrais, por sua vez, reitera o semblante popular de uma prática cujos espaços, performances e canções (HORSFALL, 1996) eram parte fundamental dos principais momentos de fruição e sociabilidade (FUNARI, 2003) das pessoas comuns, mulheres e homens que retiravam do trabalho os meios recursos fundamentais para sua sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde seu surgimento, as teorias de gênero têm oferecido a possibilidade de (re)pensarmos as sociedades do presente e do passado sob uma perspectiva que desnaturaliza hierarquias admitidas como sempiternas.

No que se refere aos estudos sobre a Antiguidade, em particular, sua contribuição pode ser considerada inestimável, na medida em que evidenciou a arbitrariedade dos silenciamentos e obliterações em relação à experiência histórica das mulheres.

Ainda que de maneira sumarizada, este artigo procurou resgatar a experiência histórica de mulheres que, mesmo submetidas a um duplo critério de exclusão social (RUBIERA CANCELAS, 2014), contribuíram com a dimensão social, econômica e cultural de suas cidades por meio do trabalho: recurso desprezado pelos grupos sociais abastados. Reconstituir os passos dessas personagens, no entanto, exigiu a utilização da documentação material, em particular da epigrafia de tipo funerário, para uma compreensão sobre escravidão, mulheres e trabalho no Império Romano que não ficasse restrita aos preconceitos e estereótipos arrolados tanto pela tradição textual antiga, quanto pela historiografia moderna sobre esses temas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Isabella Tardin Cardoso, Lourdes Feitosa, Pedro Paulo Abreu Funari, Gabriela Isbaes, Nathalia Monseff Junqueira, Jordi Pérez-González e José Remesal Rodríguez. Mencionamos o apoio institucional da Unicamp, do CNPq e da FAPESP. A responsabilidade pelas ideias apresentadas neste artigo, entretanto, restringe-se aos autores.

FONTES ANTIGAS

CATÃO. *Da Agricultura*. Edição bilíngue. Tradução, apresentação e notas: Matheus Trevizam. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

CICERO. *De Officiis*. Transl. Walter Miller. Loeb Classical Library. Mass./London: Cambridge/Harvard, University Press, 1913.

CÍCERO. *Dos Deveres*. Tradução de Angélica Chiappetta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SÊNECA. *Cartas a Lucílio*. 5ª Edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2014.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e História*. Destruição da experiência e origem histórica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BELO, Tais Pagoto. Boudica nas Representações do Feminino. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH. São Paulo, Julho de 2011.

BOTTÉRO, Jean. A escrita e a formação da inteligência na Mesopotâmia. In: BOTTÉRO, J; MORRISON, K. (Organizadores). *Cultura, pensamento e escrita*. São Paulo: Editora Ática, 1995.

BUONOPANE, Alfredo. *Medicae* nell'occidente romano: un'indagine preliminare. In: *Donna e lavoro nella documentazione epigrafica*. Atti del I Seminario sulla condizione femminile nella documentazione epigrafica. Fratelli Lega Editori, 2002. p.113-130.

CALDELLI, Maria Letizia. Women in the Roman World. In: BRUNN, C; EDMONDSON, J (Editors). *The Oxford Handbook of Roman Epigraphy*. Oxford: University Press, 2015. p. 582-604.

DÍAZ-ANDREU, Margarita. *Arqueologia crítica e humanista*. São Paulo: Fonte Editorial, 2019.

DUPRAT, Paulo Pires; FUNARI, P. P. A. Teuta, a rainha da Ilíria contra os romanos, uma abordagem feminista. *VI Encontro Humanístico Multidisciplinar - EHM e V Congresso Latino-Americano de Estudos Humanísticos Multidisciplinares*, na modalidade online, 2020.

DUPRAT, Paulo Pires. Trabalho feminino na Hispânia Romana: preconceitos e resgates. *Revista Hêlade*. Vol. 03, Nº 03. 2017. p. 107-129.

ERNOUT, Alfred; MEILLET, Alfred. *Dictionnaire Étymologique de la Langue Latine*. Histoire des mots. Paris: Klincksieck, 1951.

FEITOSA, Lourdes. *Amor e sexualidade*. O masculino e o feminino nos grafites de Pompéia. São Paulo: Editora Annablume/FAPESP, 2005.

- FEITOSA, Lourdes M.C.; RAGO, Margareth. Somos tão antigos quanto modernos? Sexualidade e gênero na Antiguidade e Modernidade. IN: FUNARI, P. P.; RAGO, M. (orgs.) *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume Editora, 2008. pp. 107-121.
- FUNARI, P. P. A. Romanas por elas mesmas. *Cadernos Pagu* (5), 1995. pp. 179-200.
- FUNARI, P.P.A. *A vida quotidiana na Roma Antiga*. São Paulo: Editora Annablume, 2003.
- FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Gênero e Conflitos no Satyricon. O Caso da Dama de Éfeso. *História: Questões & Debates*. n. 48/49, Curitiba: Editora UFPR, 2008, pp. 101-117.
- FUNARI, P. P.; MARQUETTI, Flávia Regina. De desejos e silêncios. IN: FUNARI, P. P.; MARQUETTI, F. R. (orgs.) *Autorretrato: gênero, identidade e liberdade*. Londrina: EDUEL, 2019. pp. 9-13.
- FUNARI, P. P.; MARQUETTI, Flávia Regina. Antiguidades e relações de gênero. IN: FUNARI, P. P.; MARQUETTI, F. R. (orgs.) *Autorretrato: gênero, identidade e liberdade*. Londrina: EDUEL, 2019. pp. 17-20.
- GARRAFFONI, Renata Senna. História Antiga e as camadas populares. Repensando o Império Romano. *Separata da Revista Cadmo*. Nº18. Lisboa, 2008, p. 169-180.
- HORSFALL, Nicholas. *La cultura della plebs romana*. Barcelona: PPU, 1996.
- IGGERS, Georg. Desafios do século XXI à historiografia. MARTINS, Estevão Chaves de Rezende; CALDAS, Pedro Spinola Pereira (Trad.) *História da historiografia*, número 04. Ouro Preto, mar. 2010. pp. 105-124.
- JOLY, Fábio Duarte. *A escravidão na Roma Antiga*. 2ª Edição. São Paulo: Editora Alameda, 2013.
- JOSHEL, Sandra Rae. *Work, identity and legal status at Rome: a study of occupational inscriptions*. Oklahoma: University of Oklahoma Press, 1992.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; SENOTIER, Danièle (Organizadoras). *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. p. 67-75.

- KNUST, José Ernesto Moura. Uma maldita diferença: a categoria trabalho na antiguidade greco-romana em contraposição à realidade capitalista. *Revista de História Comparada UFRJ*. Rio de Janeiro. Vol.13, Nº02. 2019. p. 07-43.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*. 22(3):320, Florianópolis, setembro-dezembro/2014, pp. 935-952.
- MARSHALL, C.W. *The stagecraft and Performance of Roman Comedy*. Cambridge: University Press, 2006.
- MOURITSEN, Henrik. *The freedman in the Roman World*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- PATTERSON, Orlando. *Slavery and social death*. Harvard: University Press, 1982.
- PÉREZ-GONZÁLEZ, Jordi. *Sumptuary specialists and consumer elites in Rome's world order*. Col·lecció Instrumenta (75). Barcelona: Universitat de Barcelona Editions, 2021.
- RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. IN: PEDRO, J.; GROSSI, M. *Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis. Ed. Mulheres, 1998.
- RAGO, Margareth. A “nova” historiografia brasileira. *Anos 90*. nº 11. Porto Alegre, jul. 1999. pp. 73-96.
- RIBEIRO, Loredana. Crítica feminista, arqueologia e descolonialidade sobre resistir na ciência. *Revista de Arqueologia*. Vol. 30, nº 1, 2017. pp. 210-234.
- ROSTOVITZ, Mikhail Ivanovich. *Iranians and Greeks in South Russia*. Oxford: Clarendon Press, 1922.
- RUBIERA CANCELAS, Carla. *La esclavitud femenina en la Roma Antigua*. Famulae, ancillae et seruae. Oviedo: Ediciones Trabe, 2014.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Vol. 20, Nº02. 1995. p. 71-99.
- SILVA, Glaydson José da Silva. *Antiguidade, Arqueologia e a França de Vichy: usos do passado*. Tese de Doutorado. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005.

SILVA, Filipe N. Pela honra e em liberdade. Os libertos e a munificência cívica na *Baetica* (Séculos I e II d.C.). Tese de doutorado apresentada ao IFCH/Unicamp. Campinas, 2021.

THOMAS, Yan. Travail incorpore dans une matière première, travail d'usage et travail comme merchandise: le droit comme matrice des catégories économiques à Rome. In: ANDREAU, J; FRANCE, J; PITTIA, S (Eds). *Mentalités et choix économiques des Romains*. Paris: Boccard, 2004. p. 201-226.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos*. Estudos de psicologia histórica. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1990.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra o capitalismo*. A renovação do materialismo histórico. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

ANTIGUIDADE EM CONTEXTO: OS USOS DO PASSADO E SUAS INTENCIONALIDADES

Douglas Cerdeira Bonfá¹
Karolini Batzakas de Souza Matos²

RESUMO: Pensar o mundo antigo com olhos do presente sempre foi um desafio ao historiador. Por vezes, os antigos foram interpretados de modo arbitrário, usando-os como instrumento para confirmação e justificativa de um poder vigente. A antiguidade foi utilizada de maneira a exaltar governos tirânicos e autoritários. Nessa perspectiva, o presente artigo tem a intenção de pensar as análises teóricas propostas para o mundo antigo a partir da metodologia dos “Usos do passado”. A utilização do passado, posta como um problema de interpretação mensurada por uma disputa de poder, é aqui evidenciada e questionada. A partir das leituras sobre a antiguidade e do uso que dela é feita, nos posicionamos em favor de uma releitura do mundo antigo que busque repensar aspectos marginalizados e relativizar os discursos universais sobre os indivíduos.

PALAVRAS-CHAVE: Usos do passado. Antiguidade Clássica. História Antiga.

ANTIQUITY IN CONTEXT: PAST USES AND ITS INTENTIONALITIES

¹ Graduado em História e especialista em História Social pelas Faculdades Integradas Maria Imaculada - SP, Mestre em História Ibérica pela Universidade Federal de Alfenas - MG e doutorando em História Cultural na Universidade Estadual de Campinas, com financiamento CAPES (douglas.bonfa@hotmail.com). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-3387-361X>>

² Graduada em História e especialista em Filosofia pela Universidade Estaduas de Feira de Santana – BA, Mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Campinas- SP, com bolsa do Cnpq e doutoranda em História Cultural pela Unicamp, com financiamento CAPES (karolini.batzakas@gmail.com). ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-6501-4978>>

ABSTRACT: Thinking the ancient world has been a challenge to the present-day historians. Through arbitrary interpretations of Antiquity, antidemocratic and authoritarian governments used the History and Archaeology as instruments to confirm and justify their hegemony. By using the concept of “Uses of past”, this article analyzes some modern theories on Ancient World. As a discourse of power, the political uses of Classical Antiquity are questioned in this article. Therefore, we argue for a re-reading of the Ancient World that relativizes the discourses intended to be universal.

KEYWORDS: Uses of the past. Classical Antiquity. Ancient History.

INTRODUÇÃO

Ao pensarmos no fazer História, tendo como ponto de partida Heródoto e Tucídides, perceberemos que, com o passar do tempo, aconteceram diversas mudanças que influenciaram no trabalho dos historiadores. Tais mudanças estariam relacionadas aos contextos nos quais acontece o fazer histórico, ou seja, no tempo presente do historiador. Durante a Antiguidade, no contexto que compreende as cidades-estados gregas – *pólis* –, temos Heródoto que inaugura a prática histórica a partir dos seus relatos e descrições de viagens. Ainda na Antiguidade, podemos destacar alguns intelectuais e seus diferentes modos de escrever a História: Cícero, influenciado pela História Humanista, Plutarco, adepto a *História Mestra da Vida* e Tucídides fazendo uso da História como gênero retórico (PAYEN, 2011).

Até o contexto do século XV a história era escrita com base em relatos contemporâneos ao autor, já a partir desse momento, entra em cena uma nova perspectiva historiográfica chamada de *História Erudita*, com Lorenzo Valla e Leonardo Bruni. Essa tendência viria a ganhar forças no século XVI, alavancada por intelectuais como Joseph Justus Scaliger, Isaac Casaubon, Juste Lipse e Claude Saumaise, resultando no chamado *Humanismo Erudito*. Já no final do século XVII e início do XVIII, essa perspectiva erudita deu forças

à criação de antiquários. Assim, a partir do final do século XVII, a história erudita começa a ser contestada, quanto ao seu uso. Nessa perspectiva, Arnaldo Momigliano, estudioso da história da historiografia, afirma que foi o método crítico de análise das fontes que os antiquários utilizavam que salvou a História do ceticismo. Surge, então, uma nova vertente que questiona a função da História, que pergunta se essa seria apenas um acúmulo de conhecimentos/memórias que pregaria uma ordenação racional e um progresso cronológico no passar dos tempos. Essa corrente teórica do século XX recebeu o nome de História Filosófica (PAYEN, 2011).

No contexto de formação dos Estados Nacionais, no século XIX, surge uma nova metodologia. Proposta pelos historiadores franceses Seignobos e Langlois, nasce a História Positivista, a nova vertente se apoiava na crença de que o trabalho do historiador estava pautado na análise de fontes escritas. Os documentos oficiais (escritos) eram tidos como fontes verídicas, pois entendia-se que somente esses continham caráter indubitável e trariam para a História legitimidade e veracidade. O novo método resultou em uma História que privilegiava transmitir os grandes fatos, as grandes personalidades, os aspectos políticos e institucionais (LE GOFF, 1990). Uma das críticas ao método positivista é o fato dele denominar a escrita como sendo o princípio do nascimento da História, relegando alguns povos à marginalidade. Outra contestação a essa metodologia é a forma com a qual o historiador analisa as fontes em busca de uma única função: retirar do documento tudo o que apresenta, sem acrescentar nada. O historiador competente seria aquele que se mantivesse mais próximo possível do que o documento relata, ou seja, da suposta verdade acerca dos fatos. Desta forma, a história tradicional visava fazer do documento um monumento, uma construção fixa e absoluta, descartando a possibilidade de mudança na interpretação e pesquisa dos eventos.

Por volta dos anos de 1920, em resposta a História positivista, os historiadores Marc Bloch e Lucien Febvre, criam a Escola dos *Annales*. A proposta era a aproximação entre as ciências humanas – História, Sociologia, Antropologia e afins – tentando sanar a lacuna existente na História positivista, que não respondia às questões conturbadas do contexto da crise econômica que assolava a Europa e os Estados Unidos. O trabalho do historiador passa a ser investigar “os homens no tempo”, indo ao passado não como um movimento passível de ser reconstituído, mas como fundamento para compreender as questões do presente; a História enquanto verdade fora deixada de lado em prol de uma verossimilhança, acreditava-se ser impossível chegar a uma realidade inquestionável, mas se pretendia chegar o mais próximo dela.

Após essa reestruturação historiográfica, ocorreu o desenvolvimento de novas metodologias. Dentre essas novas modalidades encontram-se a História das Mentalidades, a História Cultural, a Micro-história e a História Social. Uma das semelhanças entre esses novos aportes teóricos está na temática desenvolvida e nas fontes. Passa-se a valorizar as identidades culturais em substituição à identidade nacional anteriormente privilegiada. Muda-se das grandes instituições, das grandes personalidades, do factual para uma análise social e cultural dos indivíduos antes marginalizados, dá-se atenção para aspectos antes desprezados. A partir do contexto de pós Segunda Guerra Mundial e do processo de descolonização da Ásia e da África, as novas correntes historiográficas ganharam ainda mais força.

Essa breve apresentação sobre as transformações ocorridas na historiografia não tem a intenção de pensar neste processo como evolutivo, mas sim o intuito de demonstrar o dinamismo da História e a importância do contexto no trabalho dos historiadores. A partir dela convidamos nossos

leitores para uma reflexão sobre a disciplina de História Antiga no Brasil. A proposta para o presente artigo é pensar em como os usos do passado está em diálogo contínuo com a sociedade do presente.

HISTÓRIA ANTIGA COMO DISCIPLINA

A disciplina História Antiga tem esse nome por ser a primeira em uma sequência (História Antiga, História Medieval, História Moderna e História Contemporânea) abrange, principalmente, conteúdos sobre Egito, Mesopotâmia, Grécia e Roma. Essas duas últimas são denominadas como Antiguidade Clássica por um recorte arbitrário, sendo conferido a elas o berço da civilização europeia, relegando as demais à marginalidade, colocando Grécia e Roma como a “nossa História”, a “História do Ocidente” e as demais como a “História dos outros” (GUARINELLO, 2013).

O contexto que compreende o nascimento da disciplina (História Antiga) remete a formação dos Estados Nacionais que, não por acaso, fizeram uso da mesma para criar, forjar e manipular indícios que ligassem suas raízes a um passado dito glorioso, reivindicando uma herança que viesse a justificar e legitimar suas atitudes imperialistas e a manutenção de seu poder. Isso fez com que, por muito tempo, a História Antiga fosse rotulada como uma disciplina eurocêntrica, conservadora e positivista (SILVA, 2011). Essa premissa abriu margem para que governos de cunho totalitários empreendessem ações preconceituosas e genocidas. Podemos vincular a esta vertente ideológica o governo da Alemanha nazista que, com seu discurso de unidade étnica, buscava uma ligação entre os alemães e os antigos arianos; também podemos mencionar o governo da Itália fascista e a Espanha Franquista como exemplos.

Em meio a essas ideias totalitárias aparecem conceitos de conservadorismo e moralidade, com a intenção de criar uma identidade nacional padronizada e homogênea, acreditando-se que, assim, iriam fortalecer o sentimento de nacionalismo e evitar tensões separatistas. Junto a essas ideias, encontramos teóricos que acabam por defender códigos de conduta, nesse sentido, são criados modelos a serem seguidos, delimitando padrões masculinos e femininos e determinando a função social tanto no âmbito familiar quanto no convívio em comunidade (PINTO, 2011).

Para citar apenas um exemplo, podemos mencionar a obra *A vida cotidiana em Roma*, do historiador francês Jérôme Carcopino. O livro está dividido em duas partes: *A cena da vida romana* e *O uso do tempo*. Na seção II da primeira parte, o capítulo II – *O matrimônio, a mulher e a família: vícios e virtudes* –, descreve como eram as relações familiares e qual era o papel da mulher. Ao lermos o capítulo, podemos observar que o autor transporta a visão e os pensamentos de seu contexto para a antiguidade, ao mesmo tempo em que busca nela, exemplos de conduta feminina e do matrimônio, que justifiquem os padrões de conduta modernos, ou seja, ele cria uma via de mão dupla onde projeta seus anseios no passado e seleciona aquilo que lhe seria pertinente de acordo com o contexto em que escreve. Separamos três fragmentos que demonstram o que aqui apresentamos.

O primeiro pertence ao subtítulo *Emancipação e heroísmo da mulher romana*.

Assim as heroínas sublimes, as mulheres irrepreensíveis e as matronas veneradas que a aristocracia imperial ainda conserva em seu seio, seria fácil, com efeito, opor-se às esposas “emancipadas”, ou melhor, “desenfreadas”, cujas diferentes espécies se tornaram multiplicou-se graças às novas condições do matrimônio romano: aquelas que, para não prejudicar sua

leveza, evitam os deveres da maternidade; aquelas que não pretendem contar a seus maridos em nenhum campo, e rivalizam com eles até mesmo em provas de força que pareceriam proibidas para seu sexo; e aquelas, enfim, que não contam com “viver a sua vida” ao lado dos maridos, conseguem, se necessário, vivê-la sem eles à custa de infidelidades ou abandono de que nem sequer se dão ao trabalho de envergonhado (CARCOPINO, 1942, p. 143-144).

No primeiro fragmento podemos observar que o autor trata com elogios as mulheres de nascimento romano que aceitam e exercem o papel de esposa e mãe que lhe foi imposto, em contrapartida, rechaça as que buscam igualdade e se impõem perante seus maridos e a sociedade. O segundo trecho faz uma pequena interlocução entre as mulheres romanas e as modernas, utiliza-se de sátiras e menciona outro autor, *Juvenal*, para ridicularizar as atitudes das que buscam igualdade e praticam atividades que, segundo Carcopino, seriam de exclusividade masculina.

Deixemos as “intelectuais” e passemos as “atletas”, que têm o privilégio de fazer trovejar ainda mais o satírico do que os “literatos”. Em nossos dias, quase com certeza, Juvenal teria exercido “motoristas” e “aviadoras”. Não economiza nos sarcasmos nem nos de seus contemporâneos que intervêm nas caçadas masculinas e, como Mévia, golpeiam com as mãos e os peitos para o alto, “abatem os javalis de Eturna”, nem as que assistem com roupa masculina as corridas de bigas, nem, acima de tudo, para aquelas que são apaixonadas por esgrima e luta. Ele ri com desdém e depreciação ao enumerar as peças que compõem os trajes dessas mulheres: endromídeos, braceletes, polainas, tahalies e cimeiras, evocando o *ceroma* com o qual elas ungem seus corpos e descrevendo os exercícios violentos nos quais elas exaurem suas forças (CARCOPINO, 1942, p. 147).

Por fim, no último fragmento, o autor tenta sinalizar qual seria o resultado dos atos das mulheres de sua época. Ele usa novamente os exemplos das “feministas” romanas e as projeta no mundo moderno, de modo a advertir a respeito das feministas do tempo presente.

[...] é evidente que a independência então desfrutada pelas mulheres romanas, frequentemente as levava a uma vida licenciosa e, naturalmente, a devassidão feminina levou ao rompimento dos laços familiares. Elas começaram vivendo como simples “vizinhas” de seus maridos (CARCOPINO, 1942, p. 149).

Essas formas de ler o mundo antigo viriam a mudar a partir do período pós Segunda Guerra Mundial, quando países da Ásia e África conquistaram sua independência. Tais fatos viriam a influenciar diretamente no método de análise dos historiadores. Foi aberto espaço para novas abordagens que viriam a estudar as camadas populares, aqueles que, até então, eram relegados à marginalidade. Com isso, surgem temas que abordam questões culturais, diversidades e resistência; dando margem aos estudos dos povos provinciais, escravos, libertos, mulheres, entre outros (FUNARI, GARRAFFONI, 2018).

Esse novo olhar para a antiguidade só chegaria ao Brasil nos finais dos anos 80 e ganharia forças nos anos 90. As temáticas que tratam dos subalternos na História Antiga chegam tardiamente ao Brasil. O motivo está na implantação da disciplina durante a ditadura civil-militar, por meio do professor Eurípedes Simão de Paula; o período impossibilitou o desenvolvimento de pesquisas relacionadas a temas que eram considerados subversivos à época (CARVALHO, FUNARI, 2007).

Desde a redemocratização o Brasil vem contribuindo significativamente com os estudos sobre a Antiguidade. Por não pertencer ao eixo europeu e

por suas características como a diversidade cultural e a sua herança histórica como país colonizado, possibilita uma interpretação ímpar e significativa. Afinal, abordar temas que envolvem discussões como diversidade, gênero e sexualidade é de extrema importância para nosso contexto.

A HISTÓRIA E OS “USOS DO PASSADO”: UMA HISTÓRIA ANTIGA NO BRASIL

Ao repensar os “usos do passado”, pesquisadores da História Antiga redirecionam o olhar de seus leitores para novas interpretações sobre o objeto antigo, ressignificando o seu discurso e dando vazão a personagens outrora marginalizados – mulheres, escravos, metecos, camponeses – ou a discussões silenciadas – a participação feminina no contexto patriarcal, o questionamento da visão heroica. Na historiografia grega, por exemplo, Alexandre, o grande, ou o afrocentrismo na narrativa em que Cleópatra é colocada como indubitavelmente negra é questionado e refutado. Enfim, a metodologia “usos do passado” propõe novos horizontes de análises para cada período antigo.

Diferente da Europa que via na História Antiga uma herança cultural a ser exaltada e nacionalizada, no Brasil, a antiguidade ganha parâmetros outros, olha-se para os subalternizados.

A história do mundo antigo com frequência atuou na construção da ideia de nação de muitos países europeus, pela glorificação do passado e a legitimação de seu presente por ele. Chamada a se pronunciar ora para legitimar ascendências étnicas gloriosas ou para conferir direitos territoriais assentados na ancestralidade de ocupação dos espaços, a História Antiga teve a esse respeito um papel definidor (SILVA, 2011, p. 4).

Assim, tendo se distanciado do nacionalismo, os pesquisadores da História Antiga no Brasil se preocuparam e se preocupam em olhar para aqueles marginalizados: mulheres, escravos, camponeses³. Contudo, é também por não ter um papel nacionalista que a História Antiga não tomou maiores proporções no Brasil, sendo colocada atrás de uma História do Brasil, esse fenômeno ocorre devido a não representatividade encontrada no estudo sobre a antiguidade. Por exemplo, quando estudamos História Antiga na escola (leia-se, em suma, Roma e Grécia) não há uma aproximação entre estudante e conteúdo, pois, a antiguidade é colocada distante das vivências do presente, o que enfatiza um erro recorrente.

Ao pensar no problema historiográfico dos “usos do passado” como justificativa do presente, não estamos instaurando uma ruptura absoluta sobre o passado e o presente. Do contrário, entre eles poderá haver, também, continuidade. Nessa perspectiva, Marina Cavicchioli, no artigo *Sexualidades antigas e preocupações modernas: a moral e as Leis sobre a conduta sexual feminina*, busca aspectos de continuidade e rupturas históricas no que tange a violência sexual feminina. A continuidade não aparece como um costume antigo que se estende ao presente e nem como evolução linear e homogênea do passado, mas como instrumentos de poder que podem se assemelhar em momentos diferentes (2011, p. 138). Portanto, ao contrário do que se prega, pensar e estudar o mundo antigo é abrir possibilidades ao presente.

ROMA E AS MULHERES DE POMPÉIA: REPENSANDO A ANÁLISE DE JÉRÔME CARCOPINO

Mães, castas, mulheres de família, passivas, dóceis, foram a partir destes adjetivos que o francês Jérôme Carcopino, no século XX, descreveu

³ Sobre a História vista de baixo visitar o site: <https://www.subalternosblog.com/blog>

as mulheres da Roma antiga. No Brasil, tal imagem foi reivindicada pela historiografia da década de 1990; assim, as mulheres romanas são trazidas ao palco da história para se apresentarem. Mulheres nuas dispostas nos famosos afrescos, grafites fixados nos muros, ou poemas que retratam mulheres em posições “transgressoras”, serviram de fontes para a discussão sobre a participação feminina na sociedade pompeiana. Ao visitar o passado romano de Pompéia, o pesquisador se depara não com o silêncio das mulheres, mas com sua voz ecoando por entre as paredes pintadas e muros pichados. Para Marina Cavicchioli (2014, p. 154):

A história das escavações de Pompéia nos mostra como, por vezes, os objetos de conotação sexual foram destruídos. Em outras ocasiões, aqueles considerados dignos de serem preservados, por sua qualidade técnica geralmente, foram trancados em salas, sem que o público lhes pudesse ter acesso; fato que, no Museo Archeologico Nazionale di Napole (MANN), durou até o ano 2000.

Ao trazer essa passagem, entendemos que a historiografia e os estudos sobre o passado foram selecionados de acordo com o poder vigente à cada época. No início do século XX não era lícito falar da participação das mulheres e das relações sexuais do mundo antigo, mas conveniente era apagar traços desta história, escondendo objetos ou, simplesmente, destruindo-os. Desse modo, os estudos de gênero – e dos subalternos como um todo – tem uma base fragmentada, pois nem todos os objetos materiais foram preservados, assim, o pesquisador do mundo antigo, no intuito de ampliar seus debates sobre as mulheres, recorre a fontes materiais, a premissa é a seguinte: alargando as fontes é possível achar novos vestígios.

Ao falar do aspecto de gênero na antiguidade, Pedro Paulo Funari, no artigo *Romanas por elas mesmas* (1995), bem como Marina Cavicchioli, *Fama e infâmia na sexualidade romana* (2014), afirmam que a sexualidade é uma construção cultural, pautada no contexto histórico definido por cada sociedade, essa que se apresenta de diferentes formas em cada período. Assim, ao se voltar para o mundo antigo sob uma nova perspectiva histórica, as fontes romanas ressurgem com uma nova interpretação, na qual, por exemplo, a relação sexual entre escrava e senhor, sem o consentimento da primeira, não tem a mesma conotação abusiva que nos dias atuais (CAVICCHIOLI, 2014, p. 157). Para o estudo da antiguidade – com destaque ao estudo dos subalternos –, os historiadores (brasileiros: Marina Cavicchioli, Pedro Paulo Funari, Renata Garraffoni, Glaydson Silva, Fábio Cerqueira e estrangeiros: Eva Keuls, François Lissarrague, Lisa Nevett) buscam realizar sua pesquisa a partir de um *corpus* documental baseado na cultura material.

Ao estudar a cultura material de Pompéia, a professora Renata Garraffoni (2007) afirma que, ao deslocar-se do texto escrito, os artefatos direcionam o pesquisador a uma nova análise:

[...] muitos estudiosos têm trabalhado em uma perspectiva dialógica, ou seja, ao invés de utilizarem a cultura material como ilustração do texto, cada artefato passou a ser interpretado em seu contexto, ora preenchendo lacunas da documentação escrita, ora conflitando com ela (GARRAFFONI, 2007, p. 153).

Sendo assim, a utilização da cultura material abre caminho para uma exploração e ampliação das discussões no mundo antigo (GARRAFFONI; SANFELICE, 2011, p. 206). Segundo Fábio Cerqueira (2000, p. 85),

[...] na perspectiva de uma história social e de uma história do imaginário, o documento iconográfico pode não só completar e enriquecer as informações apontadas pela tradição literária, como também carregar significados, dados e fatos culturais que o historiador não encontra entre as fontes escritas.

Portanto, pensar a história de gênero (do silenciamento de personagens) é repensar as categorias de fontes e de interpretações que podem ser dadas ao mundo antigo a partir não só de novas perspectivas teóricas, mas de novas fontes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após nossa exposição sobre a interação entre passado e presente, rupturas e continuidades, fazemos um convite para uma reflexão a partir do fragmento do professor Pedro Paulo Funari (2018):

Não há estudo do passado sem reflexão sobre o presente. A História, como disciplina, sempre se volta ao público dos vivos, cujos interesses, valores, anseios, de forma consciente ou não, envolvem também o historiador. Neste sentido, estudar o passado, mesmo o mais distante, depende de uma exploração do presente e de seus antecedentes imediatos. Uma especificidade da História Antiga radica no papel de destaque que a cultura antiga exerce no presente, no passado recente e naquele ainda anterior. A presença do mundo antigo na canção popular, na telenovela, no seriado *on demand*, no cotidiano, nos cultos, já indica sua relevância no Brasil, no Mundo Ocidental, na América Latina (p. 13).

Vivemos em tempos em que políticos se elegem a partir de discursos onde defendem o conceito de família tradicional e a cura para os que não se enquadram no padrão de sexualidade entendido como o correto, um tempo em que os ministros ditam a cor das roupas das crianças e a função dos indivíduos, seja no casamento ou na sociedade, tempos em que a constituição e os dogmas religiosos se confundem. Assim, vivendo nessa sociedade regada por um tradicionalismo patriarcal, não é raro encontrar alunos defendendo essas falas e reproduzindo preconceitos em sala de aula. O reflexo dessas ideias na sociedade é o aumento na prática de crimes homofóbicos e de feminicídios. Discutir gênero, sexualidade e diversidade na antiguidade possibilita a reflexão sobre esses aspectos na contemporaneidade e nos permite instigar alunos e professores. Estudar a História Antiga é também uma forma de contribuir com políticas educacionais que visem a construção de uma sociedade mais igualitária, empática e humana.

Portanto, “o passado pode servir ao presente e forjar o futuro” (FUNARI, 2020, p. 13), assim estudar o mundo antigo tem por premissa evitar que os modernos possam relacionar, por exemplo, a expansão romana com o fascismo de Mussolini, ou os trezentos de Esparta com atos violentos da atualidade. O problema do uso do passado está no fato da história antiga ser empregada de modo a justificar um presente enviesado por um poder centralizador. Assim, entendemos que desfazer os estereótipos da História Antiga é também evitar preconceitos e má interpretações do presente; o passado deve libertar e não oprimir.

REFERÊNCIAS

- CARCOPINO, Jerome. *La vida cotidiana en Roma*. Ed. Hachette S.A. Argentina, 1942.
- CARVALHO, Margarida Maria de & FUNARI, Pedro Paulo A. *Os avanços da História Antiga no Brasil: algumas ponderações*. História vol. 26 no.1 Franca 2007.
- CAVICCHIOLI, Marina R. “Fama e infâmia na sexualidade romana”. *Romanitas Revista de Estudos Greco-latinos*. Nº 03. 2014. p. 153-169.
- CAVICCHIOLI, Marina R. “Sexualidades antigas e preocupações modernas: a moral e as Leis sobre a conduta sexual feminina”. In: FUNARI, P. P. A.; GRILLO, J. G. C.; GARRAFFONI, R. S. (Org.). *Sexo e violência: Realidades antigas e questões contemporâneas*. São Paulo: Annablume, 2011, p. 137-150.
- CERQUEIRA, Fábio Vergara. “A iconografia dos vasos gregos antigos como fonte histórica”. *História em Revista*, Pelotas, v. 6, 2000.
- FUNARI, Pedro Paulo A. e GARRAFFONI, Renata Senna. *A aculturação como modelo interpretativo: o estudo de caso da romanização*. *Heródoto*, Unifesp, Guarulhos, v. 3, n. 2, dezembro, 2018. p. 246-255.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. Romanas por elas mesmas. *Cadernos do Pagu*. Campinas/Unicamp. Vol.05, 1995, p. 179-200.
- GARRAFFONI, R. S. “História das Mulheres na Antiguidade Clássica: contribuições brasileiras”. In: SÁNCHEZ, M. G; GARRAFFONI, R.S. (Organizadores). *Mujeres, Género y Estudios Clásicos: un dialogo entre España y Brasil*. Colección Instrumenta. Barcelona: Universidade de Barcelona, 2019. p. 15-19.
- GARRAFFONI, Renata Senna. “História Antiga e as Camadas Populares: Repensando o Império Romano”. *Separata da Revista Cadmo*. Nº. 18. Lisboa, 2008. p. 169-180.
- GARRAFONI, Renata. “Arte Parietal de Pompéia: Imagem e cotidiano no mundo romano”. *Domínios da imagem*. Londrina, v. I, n. 1, p. 149-161, nov. 2007.

- GARRAFONI, Renata; SANFELICE, Pérola. "A religiosidade em Pompéia: Memória, sentimentos e diversidade". *MNEME – Revista de Humanidades*, 12 30, jul./dez, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/ojs/index.php/mneme>.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. História antiga. Coleção história na universidade. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- KEULS, Eva C. "Male-Female Interaction in Fifth-Century Dionysiac Ritual as Show in Attic Vase Painting". *Zeitschrift für Papyrologie und Epigraphik*, 1984, p. 287-297.
- KEULS, Eva C. *The Reign of the Phallus: Sexual Politics in Ancient Athens*. Berkeley, Calif: University of California Press, 1993 [1985].
- LEE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução: Bernardo Leitão. Campinas: Editora UNICAMP, 1990.
- LISSARRAGUE, F. "Images du gynécée". In: VEYNE, P. et al. *Les mystères du gynécée*. Paris: Gallimard, 1998.
- NEVETT, Lisa. *House and Society um the Ancient Greek World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança? Tradução Gustavo de Azambuja Feix. *Revista História da Historiografia*, Ouro Preto: n. 06, 2011.
- PINTO, Renato. *Duas Rainhas, um Príncipe e um Eunuco: gênero, sexualidade e as ideologias do masculino e do feminino nos estudos sobre a Bretanha Romana*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2011.
- SILVA, Glaydson José. "Os avanços da História Antiga no Brasil". In: *Simpósio Nacional de História*, ANPUH 50, 2011, p. 01-31.
- SILVA, Glaydson José. História Antiga e Usos do Passado: um estudo de apropriações da Antiguidade sobre o regime de Vich (1940 - 1944). São Paulo: Annablume, 2011.

RESENHA

JUAN MOROS-DÍAZ, *ORGANIZACIÓN PRODUCTIVA DE LAS ÁNFORAS OLEARIAS BÉTICAS (DRESSEL 20, CA. 30-270 D.C.) UN MODELO DE ANÁLISIS E INTERPRETACIÓN DE LOS SELLOS DEL INSTRUMENTUM DOMESTICUM. BARCELONA, UNIVERSITAT DE BARCELONA, COLLECCIÓ INSTRUMENTA 77, 2021, 402 PP., ISBN 9788491687764.*

Pedro Paulo A. Funari¹

Juan Moros-Díaz es un investigador del CEIPAC-Centre per l'Estudi de la Interdependència Provincial a l'Antigüitat Clàssica, de la Universitat de Barcelona. Aunque joven, ya ha publicado bastante y ahora nos brinda con un libro ambicioso, tanto en la documentación, como en las propuestas interpretativas. El libro representa una contribución muy relevante para el estudio de la economía romana, por medio de un estudio detallado y original de la organización productiva de las ánforas olearias béticas de tipo Dressel 20. El estudio de la antigüedad, así como de la historia, en general, ha profundizado con estudios de caso y, en particular, con el estudio de material arqueológico. En relación al mundo antiguo, eso es creciente desde los comienzos de la investigación académica en el siglo XIX, profundizado desde

¹ Professor Titular, IFCH/Unicamp. E-mail: ppfunari@uol.com.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0003-0183-7622>>

el final del siglo con Rostovzeff y otros. En el siglo XX este desarrollo fue cada vez más intenso, con una grande diversificación de campos de investigación, de inéditas excavaciones subacuáticas al uso cada vez más sofisticado de medios técnicos e informáticos. Esto se aplica de forma directa en relación al llamado *instrumentum domesticum*, como las ánforas. Las ánforas olearias béticas de tipo Dressel 20 son un caso muy particular, por la explosión de la evidencia arqueológica, tanto en el área de producción, en Bética, como en los lugares de hallazgo en todo el imperio y más que todo el Monte Testaccio, en Roma. Los datos son tipológicos, cerámicos, metrológicos, epigráficos, de manera que la cantidad de información ya publicada es inmensa.

El libro se presenta como una suma de los temas relacionados a la producción bética, a partir, ante todo, de los sellos. Empieza con los contenidos y las estructuras de los sellos. Como en todos los capítulos, presenta una revisión de las propuestas interpretativas, lo que significa permitir al lector entender los razonamientos de diferentes perspectivas y de elegir las suyas. Discute clasificación, lectura, desarrollo y estructura, propone una tabla de estructuras, una evolución y termina con los varios sellos en un mismo envase. A partir de ahí, trata de matrices y diseños y para eso usa el estudio de técnicas como el uso de silicona, para proponer la mecánica de sellado, una tipología de matrices, todo con estadísticas, para llegar al diseño de los sellos. En seguida, trata de las posibles funciones del uso de sellos, o el motivo de no estar presente en todas las ánforas. Discute las hipótesis y propone esquemas organizativos y los analiza en detalle. Se vuelve para la organización del estudio de todo ese ingente material arqueológico, en forma de catálogos, corpus y dendrogramas, temas áridos y complejos, pero esenciales para intentar entender cómo se puede juntar toda esa masa de datos. Presenta diagramas de las fases productivas de la figlinae o alfarerías. Estudio de caso

de la zona productora de la figlina scalensia es muy esclarecedor de como había un sistema productivo altamente industrializado, complejo y eficiente, formado en cada momento por una serie de unidades productivas. Llama la atención que al menos desde época Flavia los centros productores y sus propiedades asociados son gestionados por un sistema organizativo común. A partir de mediados del siglo II, la zona productora queda integrada en una organización mucho más compleja todavía con enormes intereses situados en los territorios de Corduba y de Astigi.

La publicación del libro contribuye de manera decisiva para el conocimiento sobre como funcionaba la economía y la sociedad romana, a nivel micro y macro. Desde los talleres locales a la consumación a larga escala, permite tener acceso a lo que hay de más erudito sobre un aspecto poco conocido del mundo antiguo. Constituye pues una publicación de referencia para el conocimiento de la economía y sociedad en época imperial romana.

RESENHA

CARVALHO, MARGARIDA MARIA; SILVA, GLAYDSON JOSÉ; SILVA, MARIA APARECIDA OLIVEIRA (ORGANIZADORES). *A IDEIA DE HISTÓRIA NA ANTIGUIDADE TARDIA*. CURITIBA: EDITORA CRV, 2021. ISBN: 978-65-251-2152-9. 458 PÁGINAS.

**Giovanna Mauro¹
Filipe N. Silva²**

Por ser tributária do presente e estar sujeita às características de seu próprio tempo, a História carrega consigo anseios e projetos sociais de futuro (FONTANA, 1982). Como destacou Reinhart Koselleck (2006, p.306), as narrativas históricas estão situadas entre os espaços de experiências do passado e o horizonte de expectativas sobre o futuro. A produção histórica da Antiguidade Tardia, de certa forma, torna patente essas proposições, uma vez que resulta do contato entre a antiga tradição clássica com o novo horizonte social, político e religioso aberto pelo cristianismo. Como corolário, pode-se reconhecer, neste período, a coexistência (e eventual amálgama) de perspectivas cristãs e profanas sobre o tempo e a História, bem como as origens e projetos de futuro para os reinos formados sobre o território imperial romano. Oferecer uma leitura abrangente sobre a produção histórica

¹ Graduação em História – Unicamp / Università di Padova. E-mail: giovannamauro@yahoo.com

² Professor Colaborador, IFCH/Unicamp. E-mail: fnsilva@unicamp.br. ORCID: <<https://orcid.org/0000-0001-5075-0131>>

da Antiguidade Tardia, portanto, constitui uma tarefa desafiadora e que não pode prescindir da colaboração de diversos/as estudiosos/as.

Organizado por Margarida Maria de Carvalho, Glaydson José da Silva e Maria Aparecida de Oliveira Silva, o livro *A ideia de História na Antiguidade Tardia* (2021) congrega dezoito capítulos lavrados por pesquisadoras e pesquisadores do Brasil e do exterior, e oferece uma aproximação atual e qualificada sobre a produção histórica no período tardo-antigo. Oportuna e pioneira, a referida coletânea se une às já conhecidas publicações brasileiras sobre historiografia antiga (BRANDÃO, 2001; JOLY, 2007; RAMALHO, 2013; SILVA & SILVA, 2017; FUNARI & GARRAFONI, 2016, entre outros) de modo a oferecer um volume abrangente e dedicado, em específico, às várias formas de História produzidas na Antiguidade Tardia.

O prefácio (Pedro Paulo Funari, p.09-15) e o prólogo (Julio Cesar Magalhães de Oliveira, p.17-21) contextualizam as peculiaridades históricas e culturais subjacentes ao conceito de Antiguidade Tardia, bem como sua relevância para o mundo contemporâneo, colaborando para que cada capítulo possa ser melhor aproveitado, inclusive por pessoas não especializadas neste período histórico. As obras e autores analisados ao longo do tomo foram arranjados de modo a contemplar narrativas distintas produzidas em diversas localidades do Mediterrâneo Antigo e alhures entre os séculos III e VII da Era Comum.

No primeiro capítulo, Harold Drake (p.23-42) ressalta a originalidade da obra de Eusébio de Cesareia, autor da *História Eclesiástica* e do mais completo relato que nos chegou sobre a vida de Constantino. A documentação produzida por bispos e os relatos de martírio ajudam a compor uma história da igreja cristã que também se beneficiou dos *Cânones Cronológicos*, que conciliaram as histórias e cronologias dos antigos impérios àquela de Abraão e

dos judeus (p.28-29). Tal empreitada, por sua vez, seria um reflexo sobre como a narrativa histórica antiga, por sua permeabilidade, não estava restrita a um único gênero textual. Ao contrário, como demonstra Érica Cristhyane Morais da Silva no segundo capítulo do livro (p.43-57), dedicado à *Autobiografia* de Libânio de Antioquia, a História tardo-antiga poderia, sem prejuízo, congregar referenciais biográficos, panegíricos, hagiografias e cronografias (p.46). A biografia antiga também foi o tema do capítulo sexto (p.125-142), de Maria Aparecida de Oliveira Silva, dedicado a Eunápio e suas considerações sobre a ascensão do cristianismo entre os séculos IV e V.

Os pormenores referentes ao surgimento das *Histórias Abreviadas* são discutidos no capítulo terceiro, de autoria de Moisés Antiqueira (p.59-90). Em meio à avaliação dos chamados bons e maus imperadores, Aurélio Vítor, destaca Antiqueira (p.70-71), repensava o Império Romano sob a dicotomia entre a *romanitas* e a barbárie alinhada às características de sua época. Os brevíários também constituem o tema do capítulo quarto (p.91-108), de Janira Feliciano Pohlmann, dedicado à obra de Eutrópio. Para Pohlmann (p.92), este gênero textual teria como leitor principal o público associado à administração imperial do século IV e poderia ser encomendado por um governante. À maneira de Suetônio, Eutrópio também teria arrolado inúmeros governantes, do período monárquico ao imperial, com destaque para seus supostos vícios e virtudes.

O encontro entre a formação clássica, a *paideia*, e o cristianismo na obra de Gregório de Nazianzo foi apresentada no quinto capítulo (109-124), de autoria de Margarida Maria de Carvalho, com destaque para a visão providencialista adotada na História produzida pelo nazianzeno. A defesa da romanidade frente ao emergente mundo cristão, por sua vez, é o tema do sétimo capítulo (p.143-160), de Viviana Boch, sobre os escritos de Quinto

Aurélio Símaco. Em resposta à obra de Símaco, o proselitismo dos poemas de Prudêncio constitui o tema do oitavo capítulo (p.161-204), de autoria de Ana Teresa Marques Gonçalves. Analisada por Bruna Campos Gonçalves no décimo capítulo (p.231-247), a obra de Vegécio, voltada sobretudo a assuntos militares, atesta a concomitância da lealdade dos soldados ao Imperador Romano e à divindade cristã. A proposta de Justiniano de congregar a empreitada imperial romana ao cristianismo, almejando à construção de um *Imperium Romanum Christianum*, se reflete nos escritos de Procópio de Cesareia, um dos mais importantes historiadores da Antiguidade Tardia (CAMERON, 2005, p.IX): sua contribuição histórica é avaliada por Kelly Mamedes e Marcus Cruz, no décimo quinto capítulo do livro (p.373-403). Cada qual à sua maneira, tais estudos demonstram as contradições, convergências e convivências entre a consolidação da cristandade no Império Romano frente à antiga tradição clássica e suas cosmologias.

As propostas providencialistas e eclesiásticas da historiografia tardo-antiga, representadas pelas obras de Jerônimo de Estridão, Sócrates de Constantinopla e Sozomeno, são examinadas de maneira pormenorizada nos capítulos nono (Gómez Azo, p.204-229), décimo-primeiro (Figueiredo, p.249-270) e décimo-segundo (Ventura da Silva, p.271-287). Como bem destacou Gilvan Ventura da Silva: embora a história eclesiástica seja uma criação cristã (p.275), a obra de Sozomeno não representaria apenas uma apologia à cristandade, mas também uma aproximação em relação às contendas políticas e religiosas de sua própria época (p.281). Congregando narrativas diversas (memórias biográficas, hagiográficas e dizeres populares), os escritos monásticos de Paládio constituem o tema do décimo terceiro capítulo (p.289-309), assinado por Sílvia Siqueira.

O providencialismo de Gregório de Tours, outrora considerado *pai da História da França*, bem como a fortuna posterior de sua obra, com ênfase nos usos políticos e identitários de seus escritos, são contextualizados por Glaydson José da Silva e Alberto Dantas, autores do décimo quarto capítulo (p.311-350) da coletânea. Marcada pela confluência entre História e poesia, os complexos escritos de Agatias de Mirina (Século VI da Era Comum) são avaliados por Lyvia Vasconcelos Baptista, no décimo sexto capítulo da publicação (p.351-372). Para a estudiosa, ademais, o século VII teria se caracterizado, também, pelo paulatino enfraquecimento das narrativas classicistas, que voltariam apenas entre os séculos VIII e IX da Era Comum (p.357). Os capítulos de Renan Frighetto (p.405-422) e Dominique Santos (p.423-438), de modo respectivo, encerram o tomo com estudos dedicados às narrativas de Isidoro de Sevilha (e sua História influenciada pela Providência Divina) e à obra do irlandês Muirchú Moccu Machteni, com ênfase em seus escritos sobre a *Vita Sancti Patricii*.

Em linhas gerais, pode-se reconhecer que o livro apresenta a Antiguidade Tardia como um período cuja efervescente produção historiográfica ora reconfigurou antigos modelos narrativos transmitidos pela tradição clássica, ora recorreu a narrativas inovadoras para se referir ao passado. A obra em questão, no entanto, mostra-se valiosa não somente dentro do próprio campo de estudos sobre História e historiografia da Antiguidade Tardia, mas também no atual contexto mundial, em que embates entre grupos divergentes tornam-se frequentes e integram o cotidiano de milhares de indivíduos mundo afora. Como aponta Pedro Paulo Funari no prefácio da obra, a relevância de *A ideia de História na Antiguidade Tardia* encontra-se, também, na plausível possibilidade de suas reflexões e teorias sobre o passado contribuírem para uma transformação positiva do presente e do futuro, sobretudo no que se refere à convivência pacífica com o diferente.

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Jacyntho Lins. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- CAMERON, Averil. *Procopius and the Sixth Century*. London: Routledge, 2005
- FONTANA, Josep. *Historia. Análisis del pasado y proyecto social*. Barcelona: Crítica, 1982.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; GARRAFFONI, Renata Senna. *Historiografia. Salúcio, Tito Lívio e Tácito*. Coleção Bibliotheca Latina. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.
- JOLY, Fábio Duarte (Organizador). *História e retórica. Ensaios sobre historiografia antiga*. São Paulo: Editora Alameda, 2007.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto (PUC Rio), 2006.
- RAMALHO, Jefferson. *Eusébio e Constantino. O início de uma igreja imperialista*. São Paulo: Editora Fonte, 2013.
- SILVA, Glaydson José; SILVA, Maria Aparecida de Oliveira (Organizadores). *A ideia de História na Antiguidade Clássica*. São Paulo: Editora Alameda, 2017.